



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANA SOFIA TORRES ALVES**

**A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL E O CARÁTER EMANCIPATÓRIO DO MOVIMENTO  
FEMINISTA: REFLEXÕES, CONTRADIÇÕES E DESLOCAMENTOS**

MACEIÓ-AL  
2024

**ANA SOFIA TORRES ALVES**

**A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL E O CARÁTER EMANCIPATÓRIO DO MOVIMENTO  
FEMINISTA: REFLEXÕES, CONTRADIÇÕES E DESLOCAMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Serviço Social  
da Universidade Federal de Alagoas como  
parte dos requisitos para obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Japson Gonçalves  
Santos Silva

MACEIÓ-AL  
2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A474i    Alves, Ana Sofia Torres.  
          A influência neoliberal e o caráter emancipatório do movimento  
          feminista : reflexões, contradições e deslocamentos / Ana Sofia Torres  
          Alves. – 2024.  
          89 f. : il.

Orientador: Japson Gonçalves Santos Silva.  
          Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social:  
          bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço  
          Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 55-56.

1. Feminismo. 2. Capitalismo. 3. Neoliberalismo. 4. Direitos das  
mulheres. I. Título.

CDU: 396

Dedico este trabalho para a pessoa que eu quero ser referência e inspiração como mulher. Minha princesa, o amor da minha vida, minha filha, Annelise.

## **Agradecimentos**

Eu entrei na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com apenas 17 anos. O destino me encaminhou para o curso de Serviço Social por eu já nutrir muito interesse pelos movimentos sociais, então me matriculei e me apaixonei perdidamente por todo o universo do Serviço Social ainda no primeiro período. Entrar em uma faculdade sendo tão nova, tinha tudo para dar errado, mas não deu. Agradeço à minha família pelo apoio nesse início, que me deram força e coragem para eu conseguir amadurecer e enfrentar os desafios de uma vida adulta.

Minha mãe, Josélia, me motivou desde sempre a estudar e manter o foco e eu agradeço eternamente por isso. Por tudo que ela fez e faz por mim, pelos sacrifícios, os conselhos, o amor. Ela é meu exemplo de força, e é um dos motivos principais para eu estar conseguindo finalizar a graduação. Meu pai e meu padrasto, duas figuras importantes que me motivaram e mostraram que eu era capaz, também me criaram colocando o estudo como prioridade, me deram a oportunidade de me preocupar somente com os estudos enquanto criança e adolescente, e agradeço de coração por isso.

Nos primeiros dias de aula, me deparei com uma sala cheia, e no meio de tantas pessoas, duas em especial merecem meu agradecimento: Ana Gabriela e Beatriz. Sem elas, definitivamente eu não teria conseguido, não teria enxergado minha capacidade. Elas me acompanharam em grandes aventuras, estudamos juntas, fizemos trabalhos juntas, e amadurecemos juntas como estudantes e como pessoas. Todo meu amor, carinho, admiração e gratidão para elas. Fiz amizades muito consistentes no período do estágio obrigatório também, Juliana foi fundamental nesse processo e sou grata pelo tanto que ela me ajudou e me deu todo o suporte emocional.

Grandes professores me marcaram nessa trajetória e devo começar com Japson, meu orientador. Tive a oportunidade de cursar duas disciplinas com ele, e isso foi suficiente para eu ter a certeza que ele deveria ser meu orientador, observei seu conhecimento, sua organização, seu olhar crítico, e sabia que ele entenderia minha proposta e me apoiaria. Agradeço cada conselho, e principalmente, a sinceridade dele, que me fez ter ainda mais confiança. A faculdade de Serviço Social tem mulheres esplêndidas como professoras, admirei cada uma em todos os períodos. Em especial, Alcina e Andrea, que na reta final, me inspiraram e

compartilharam seus conhecimentos comigo, aprendi muito com elas e agradeço por isso, agradeço cada professora e professor que tive.

Quando entrei na faculdade, eu tinha um namorado. Ao longo dos anos, ele se tornou meu marido, e eu não poderia deixar de agradecê-lo. Em nenhum momento ele me deixou vacilar, esteve ao meu lado, deu todo suporte para eu prosseguir na faculdade apesar das adversidades, ele acredita em mim e nisso, me faz acreditar em mim também. Minha filha ainda não entende sobre gratidão, mas eu agradeço a ela simplesmente por existir. Ela é minha força, ela quem me dá foco, ela quem me fez uma pessoa melhor e mais obstinada. O nascimento dela na reta final do curso foi a luz que eu precisava para alcançar meus objetivos, eu não seria a mulher que sou sem ela.

A Universidade é um espaço que eu agradeço por existir. Meu sonho era estar em uma federal, e aproveitei da maneira que pude tudo que ela oferece, foi uma experiência maravilhosa e única. Todo o processo me modificou de uma forma positiva, pude descobrir muito sobre mim, e nessa reta final, descobri essa minha afeição pela pesquisa.

À todas as mulheres que vieram antes de mim, meu agradecimento. Mulheres que trabalham, estudam, pesquisam, mulheres fortes que enfrentaram e enfrentam todas as dificuldades e não desistem de lutar por um mundo melhor. Conhecer o feminismo mudou minha vida, e ter tido o privilégio de aprofundar os conhecimentos na faculdade foi essencial. Eu continuarei a luta, a pesquisa, os estudos, porque as mulheres não param e nem devem parar, somos resistência. Que possamos trabalhar, nos aperfeiçoar, estudar, pesquisar, sermos livres.

E por último, um agradecimento a mim por não desistir. Um abraço naquela “Sofia” perdida no ensino médio sem saber qual área seguir, sem saber o que esperar do futuro, cheia de medos. Queria dizer a ela que conseguimos, que estamos nos formando, que ninguém nos parou. A ansiedade me acompanhou em todo o momento, mas eu a venci. Que mais mulheres possam vencer, que eu possa ir além, que todas possam ir além. Mulher é sinônimo de coragem!

*Eu decidi que não há nada de errado em se considerar feminista. Então, eu sou uma feminista e todas nós deveríamos ser feministas, porque feminismo é uma outra palavra para igualdade.*

**(Malala Yousafzai)**

## Resumo

O presente trabalho traça como objetivo resgatar as raízes históricas do feminismo para comparar o movimento antes e depois da ofensiva neoliberal que veio com o avanço do capitalismo, sendo assim, será detalhado cada onda feminista em seu momento histórico, suas lutas e suas pautas, como o feminismo avançou com seus estudos e a influência do marxismo, elevando os questionamentos das mulheres acerca da opressão sofrida na sociedade patriarcal. Pesquisas bibliográficas em livros e artigos científicos foram feitas para melhor aprofundamento acerca do objeto de pesquisa, que trata-se do capitalismo e neoliberalismo, e sua ligação perigosa com o movimento feminista, dessa forma, sendo feita uma abordagem qualitativa para investigar como essa ligação afeta o movimento, ocasionando consequências sobre o caráter emancipatório do feminismo.

**Palavras-chave:** feminismo; capitalismo; neoliberalismo; emancipação

## **Abstract**

The present work aims to rescue the historical roots of feminism to compare the movement before and after the neoliberal offensive that came with the advance of capitalism, therefore, each feminist wave will be detailed in its historical moment, its struggles and its agendas, such as Feminism advanced with its studies and the influence of Marxism, raising women's questions about the oppression suffered in patriarchal society. Bibliographical research in books and scientific articles was carried out to better understand the object of research, which is capitalism and neoliberalism, and their dangerous connection with the feminist movement, thus, a qualitative approach was taken to investigate how this connection affects the movement, causing consequences for the emancipatory character of feminism.

**Keywords:** feminism; capitalism; neoliberalism; emancipation

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino

ONGs – Organizações Não Governamentais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>SEÇÃO I: Feminismo: suas lutas e conquistas ao longo da história .....</b>	<b>13</b>
1.1 Movimento Feminista: aspectos históricos e políticos .....	13
1.2 Fundamentos do Feminismo: uma crítica marxista .....	17
1.3 As ondas do Movimento Feminista .....	21
1.4 Trajetória e particularidades do feminismo no Brasil .....	24
<b>SEÇÃO II: Avanço neoliberal e seus impactos no Movimento Feminista .....</b>	<b>32</b>
2.1 Crítica ao Feminismo Liberal .....	32
2.2 Feminismo de Mercado: o que significa? .....	37
2.3 O feminismo antes e depois do neoliberalismo .....	42
2.4 A luta por um feminismo coletivo e emancipatório .....	49
<b>Considerações finais .....</b>	<b>53</b>
<b>Referências .....</b>	<b>55</b>

## Introdução

Debater sobre o conceito do feminismo e suas características como movimento histórico-político pode aparentar ser um discurso repetitivo por ser, atualmente, tão falado por todo o mundo, mas não é. Reforçar o conceito, sendo um movimento que almeja igualdade social, política e econômica, buscando uma sociedade não só favorável para as mulheres, mas para todos, é de suma importância para a compreensão do que vivemos dentro do modo de produção capitalista. Além do próprio conceito, conhecer suas particularidades e saber como o modo de produção pode influenciar sua trajetória é essencial para a construção do futuro do movimento.

A ideia do tema veio de uma experiência pessoal com o movimento feminista. Após ver os desdobramentos que ele teve ao longo dos anos e como afetou minha visão sobre o mundo, decidi aprofundar os estudos, tendo esse privilégio na faculdade. A disciplina eletiva “relações patriarcais de gênero e serviço social” foi fundamental para maior entendimento e mais referências para a construção do trabalho, não tendo só como referência a disciplina da graduação, mas também as professoras e mulheres que conheci e pude admirar nessa jornada. Trazer esse assunto e ressaltar sua importância para o futuro é essencial para a geração de meninas que estão crescendo agora, como minha filha. Eu quero um mundo em que ela possa ser uma mulher livre, que todas as mulheres possam ser livres.

Em uma ordem cronológica de acontecimentos, esse trabalho irá mapear alguns dos grandes acontecimentos dentro do movimento feminista no contexto europeu e americano, finalizando com a realidade no Brasil para fazer uma interligação. No primeiro capítulo vai ser exibido desde sua origem com o sufrágio feminino, até as demais ondas feministas que mostram as lutas e pautas das mulheres ao longo dos anos. Houve muitas reivindicações, muita opressão por irem à luta, as mulheres foram silenciadas, porém, continuaram resistindo até serem notadas, conseguindo, mesmo em um processo lento, seus direitos civis, e com isso, podendo ir além, abordando pautas que na época podiam ser polêmicas, mas eram necessárias pois era sobre a própria sobrevivência feminina em um modo de produção tão opressor, em todos os sentidos.

Um grande marco que não só afetou o movimento feminista, como todo o mundo, foi a segunda onda feminista e tudo o que estava ao redor dela. Será

detalhado o assunto, e vale ressaltar como foi importante as feministas se posicionarem e se questionarem sobre sua própria vivência, buscando os motivos de toda essa hierarquia existente, do porquê as mulheres serem subordinadas não só pelo modo de produção, mas pelos homens.

Ao longo do trabalho, no segundo capítulo, será mostrado mais sobre o feminismo liberal, seu conceito e pautas defendidas, e como ele é problemático para o movimento, justamente por apoiar o individualismo e ir contra à coletividade. Esse será o ponto chave, o problema da pesquisa: a relação perigosa do capitalismo com o feminismo e como o modo de produção capitalista se adequa às críticas do movimento, favorecendo o consumo e esvaziando as pautas, fazendo assim, o feminismo perder seu caráter emancipatório.

O marxismo foi fundamental para elucidar essa visão crítica acerca do capitalismo e coincidentemente, foi fundamental também para o Serviço Social enquanto profissão. Nas décadas de 1960 à 1970 estava acontecendo muitas mudanças pelo mundo, as pessoas começaram a ter acesso aos textos de Karl Marx, puderam discutir de maneira mais aprofundada sobre questões sociais, políticas e econômicas. Cisne e Santos (2018) relacionam o feminismo ao Serviço Social pois a profissão é comprometida com a defesa dos direitos dos indivíduos, há um projeto Ético-político que reforça esse papel com a emancipação humana.

Visto que é um ciclo vicioso, um modo de produção que está fadado a ter crises e se “resolver” promovendo mais crises, houve esse processo de ruptura, como Cisne e Santos (2018) explicam, com o conservadorismo, processo esse que perdura até os dias atuais pois não é fácil se desprender de algo tão forte que está atrelado ao capitalismo. Por conta disso, há o Código de Ética de 1993 defendendo a sociedade na sua pluralidade, seja na luta de classes, seja a sexualidade ou raça, é dever de um assistente social defender os direitos desses indivíduos.

Umas das principais ligações do Serviço Social com o feminismo é justamente ser uma profissão composta por mulheres. Isso é histórico, as mulheres que sempre foram designadas para esse “trabalho de cuidado”, que foi assim que começou a profissão, e assim continuou mesmo os tempos mudando. Dessa forma, é explícita a importância do movimento para a valorização não só das mulheres, mas do trabalho que fazem, seja assalariado ou não, pois ainda há muitos estigmas, opressão, a própria divisão sexual do trabalho.

Os objetivos desse trabalho são baseados em ressaltar a importância histórica do feminismo para a sociedade, pontuar as conquistas e lutas que ocorrem ao longo dos anos e em cada onda feminista, além de evidenciar a ligação perigosa do capitalismo com o feminismo, interferindo em suas pautas.

Para melhor análise, foram feitas pesquisas bibliográficas e em artigos científicos abordando os temas principais (feminismo, capitalismo e neoliberalismo), e para explicar a relação do feminismo e capitalismo, foi feita uma abordagem qualitativa, sendo feita uma comparação do movimento feminista antes e depois do banco neoliberal, observando criticamente como as pautas foram modificadas à favor do capitalismo e assim, promover uma reflexão acerca do assunto.

Há um avanço neoliberalista assolando o mundo, e isso é sentido dentro da profissão do Serviço Social, pelas mulheres, pelas minorias, por todos que são alvos desses ataques. O objetivo do modo de produção é adequar as críticas do movimento ao seu favor, mascarando qual o real problema, evitando assim, que haja questionamentos. Observar criticamente o que o capitalismo está fazendo com o movimento feminista, distorcendo suas pautas e discursos, é um passo importante para a tão almejada emancipação humana, então vamos iniciar esse debate.

## **SEÇÃO I: Feminismo: suas lutas e conquistas ao longo da história**

No seguinte capítulo vamos observar o surgimento do movimento feminista enquanto movimento histórico-político, como as mulheres se organizaram e se agruparam para as manifestações no período das revoluções do século XVIII, reivindicando seus direitos como cidadãs. Não sendo suficiente para serem enxergadas dentro do modo de produção, o movimento continuou e com seu avanço, surge as ondas feministas, mais pautas foram abordadas, algumas polêmicas, sobre as mulheres, o que impulsionou o movimento e se alinhou ao marxismo para ir à fundo nos questionamentos sobre essa sociedade baseada na exploração-dominação-opressão das mulheres. A história será mostrada de uma perspectiva eurocêntrica a partir da Revolução Francesa, não excluindo o feminismo anterior ao século XVIII, mas tratando do feminismo de uma forma mais geral ao redor do mundo, e mostrar como a influência da Europa e Estados Unidos afetaram o Brasil para um entendimento mais local.

### **1.1 Movimento Feminista: aspectos históricos e políticos**

Para falar sobre o feminismo é importante ressaltar que não existe somente um feminismo, uma única ideia ou uma única vertente. Com o passar dos séculos, as ondas feministas foram se estabelecendo e são importantes para entender a ordem cronológica da luta das mulheres pelos seus direitos. Existe a primeira, segunda e terceira onda, cada uma com sua luta específica e Botelho (2022) detalha: Cada grupo de mulheres possui uma realidade diferente, que pode se dar por causas financeiras, territoriais e raciais, por exemplo. Cada movimento feminista tem uma forma de ação que condiz com sua existência.

Há muitos autores e autoras que explicam o que é o feminismo, porém, independentemente, os conceitos entram em consenso quando expõem a relevância do movimento feminista como movimento histórico e político, duas dessas autoras são Branca Moreia Alves e Jacqueline Pitanguy:

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas (1991, p. 74).

Em seu cerne, o feminismo é a luta pela igualdade social, política e econômica entre as mulheres e os homens. Atualmente, há discussões em redes sociais/ambientes diversos baseadas em ideias conservadoras, devido ao avanço neoliberal visto na política, de que o feminismo se iguala ao machismo ou demais deturpações do real significado do movimento, o que não é verídico<sup>1</sup>. O feminismo busca igualdade, equidade, justiça. Não é possível falar desse movimento sem entrar em contextos mais complexos, pois é um movimento político, sendo crucial englobar as questões sociais, econômicas e raciais.

Alves e Pitanguy fazem um resgate histórico explicitando que a desigualdade entre os sexos não é algo recente, não surgiu no capitalismo. Segundo as autoras, antes mesmo da existência desse modo de produção, as mulheres eram colocadas no mesmo patamar que escravos, como na Grécia e Atenas:

Ao afirmar que "os Deuses" criaram a mulher para as funções domésticas, o homem para todas as outras" Xenofonte, no século IV A.C., exprimia um tipo de argumentação naturalista que ainda hoje demarca espaços para os sexos (1991, p.14).

As mulheres serviam somente para cozinhar, limpar e procriar. Como atualmente usam o cristianismo para justificar a submissão feminina, naquele período usavam os deuses. A civilização romana também era no mesmo patamar, porém, já podia ser observado a resistência das mulheres em 195 D.C como mostram Alves e Pitanguy (1991), onde elas foram para o senado romano protestar contra a exclusão dos transportes públicos, porque eram obrigadas a andar a pé, já que o transporte era um privilégio masculino (assim como todo o resto era um privilégio só deles).

A Idade Média é outro dos períodos históricos explicitados, mostrando a perseguição e acusações de bruxaria, evidenciando a falta de prestígio social das mulheres apesar de serem ativas na sociedade. Ainda segundo Alves e Pitanguy no século XIII as mulheres das classes mais altas, por exemplo, gozavam de alguns direitos como direito a sucessão no caso da morte do marido ou assumindo demais tarefas devido ao afastamento do homem para a guerra, acontecendo até mesmo

---

<sup>1</sup> Se um grande número de mulheres pode ser reunido em torno de uma reivindicação reconhecidamente justa, este fenômeno é muito mais difícil quando se trata de provocar mudanças profundas na estrutura de poder da sociedade, visando a alterações também profundas na condição feminina. Neste caso, muitas mulheres esbarram com os interesses da classe social a qual pertencem ou com o medo de receberem o carimbo de "mal-amadas", "solteironas", "lésbicas", frequentemente utilizado por aqueles com interesses na manutenção do status quo, isto é, da situação vigente. (Saffioti, 1987, p.87).

ascensão de cargo à mestre para as mulheres. Participando do comércio, a maioria das mulheres costuravam e bordavam, mas outras exerciam tarefas ditas masculinas como carpintaria e serralharia, o que ocasionou numa competição, pois os homens não aceitavam essa autonomia das mulheres:

O trabalho feminino sempre recebeu remuneração inferior ao do homem. Essa desvalorização, por outro lado, provocou a hostilidade dos trabalhadores homens contra o trabalho da mulher, pois a competição rebaixava o nível salarial geral (Alves; Pitanguy. 1991, p.18).

Por conta dessa repressão, em 1344, as mulheres sofreram restrição à participação no mercado de trabalho, piorando um retrocesso que já existia no que refere às mulheres empregadas nesse período, permitindo apenas que os homens empregassem suas mulheres e filhas.

O cenário não era o melhor no campo do trabalho, e não era diferente no campo da educação. Alves e Pitanguy expõem que há poucos registros de mulheres na universidade no século XIV, e que nesse mesmo período, Christine de Pisan, uma escritora francesa, considerada uma das primeiras feministas, fez uma crítica à diferença na educação de meninos e meninas, e defendendo a igualdade entre os sexos:

Escreveu o que seria talvez o primeiro tratado feminista: A Cidade das Mulheres, onde afirma serem homens e mulheres iguais por sua própria natureza. Refuta as generalizações que imputam inferioridade ao sexo feminino e condena a dupla moral, pela qual o mesmo ato é crime quando praticado pela mulher e apenas pequeno defeito quando pelo homem (Alves; Pitanguy, 1991, p.19).

Houve mulheres muito fortes no período da Idade Média, e antes mesmo dela, que lutaram e resistiram tentando ocupar seus merecidos espaços, porém há ideia que prevaleceu quando se retrata as mulheres desse período é a fragilidade, mesmo existindo mulheres fortes que exerciam tarefas pesadas, elas eram apagadas, e quem ficava na história era as mulheres que ficavam em casa, subordinadas à família e ao marido.

Durante o período feudal<sup>2</sup>, por volta do século XV, Alves e Pitanguy (1991) mostram que no modo de produção feudal as mulheres ainda tinham uma atuação política, mas no renascentismo houve mais retrocessos, com redução de direitos civis,

---

<sup>2</sup> O feudalismo foi um modo de produção entre o século V ao XV baseado nas propriedades de terra (feudos): "A sociedade feudal consistia dessas três classes — Sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar." Huberman, 1936, p.11-12)

umentando o domínio masculino. Entretanto, nem assim elas deixaram de trabalhar; a mão de obra continuou barata, acontecendo a superexploração dessas mulheres, gerando acúmulo de capital. O que, como esperado, gerou um sentimento de revolta, a contestação feminina vai ganhando voz para denunciar a desigualdade sexual tanto na educação como no trabalho.

No início do século XVIII, antecedendo a Revolução Industrial<sup>3</sup>, o comércio e o trabalho manufatureiro expande-se, como bem explicam Alves e Pitanguy (1991). Com essas mudanças, vem a insubordinação. Uma das mulheres que marcou esse período foi Ann Hutchinson, americana e religiosa, que foi contra o que era pregado na igreja, alegando que homens e mulheres eram iguais. Para a época, na transição para o século XVIII, foi um pensamento e posicionamento revolucionário, e foi justamente o que ocorreu nesse período: participação das massas e revoluções. As mulheres francesas observam os homens conquistando direitos enquanto não são contempladas pelos mesmos direitos, gerando assim, uma ação política organizada, contribuindo para o movimento feminista se firmar.

Qualquer movimento contrário ao que estava acontecendo, era julgado. As francesas reivindicaram mudanças na legislação, pois a Revolução Francesa<sup>4</sup> que ocorria também no século XVIII favorecia somente os homens, e a própria classe

---

<sup>3</sup> “O intenso processo de urbanização que a revolução industrial inaugurou desalojou do campo imensas massas de trabalhadores rurais, minou as bases da fabricação doméstica e do artesanato independente; cavou, enfim, um profundo abismo entre o trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho, promovendo o assalariamento de crescentes massas humanas provenientes de uma economia campesina ou de burgo. O trabalho independente foi sendo, cada vez mais, limitado a um grupo restrito de empresários capitalistas. É evidente que, para o produtor independente, o processo de proletarização (assalariamento) envolve perda de status. Todavia, é preciso considerar esta questão de dois ângulos diversos. Primeiro, que se houve perda de status, este fenômeno não afetou apenas a mulher, cujo trabalho passou a ser assalariado, mas também o homem, cuja força de trabalho passou a ser vendida como mercadoria.” (Saffioti, 1976, p.20)

<sup>4</sup> Nem todas as mulheres, contudo, consentem neste processo de sua marginalização política e social. Participando da revolução francesa, tentam conquistar para si as liberdades que a nova sociedade conferiria aos homens. Em 1789, Olympe de Gouges imprime às reivindicações femininas um caráter eminentemente político: propõe a «Declaração dos Direitos da Mulher» análoga à «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão», votada pela Assembleia Constituinte francesa no mesmo ano. É a abolição dos privilégios masculinos que ela pretende. Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. Frustram-se, pois, os esforços de Olympe de Gouges e ela encontra a morte no cadafalso. Outras mulheres tentariam romper as barreiras que se lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual as mulheres continuariam marginalizadas da vida política, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de competir em desigualdade de condições com os homens pelas oportunidades econômicas. (Saffioti, 1976, p.58)

dominante. Por conta das reivindicações, são reprimidas por um decreto em 1795 da Assembleia Nacional, dizendo que sua mobilização ia contra os princípios da revolução, ordenando que as mulheres ficassem dentro de suas casas, proibidas de irem às esferas públicas. Alves e Pitanguy (1991) evidenciam Rousseau, filósofo e principal ideólogo da revolução, escrevia exatamente sobre isso, que o mundo das mulheres era o interno, e o dos homens, externo. E além disso, o filósofo acreditava que as mulheres deveriam servir o homem desde sua infância até a idade adulta, basicamente, viver para o homem. Quem denuncia esses absurdos defendidos por Rousseau é Mary Wollstonecraft, uma das principais vozes do feminismo nesse período. Mary escreve um livro em 1792 intitulado “Defesa dos direitos da mulher” mostrando que essas “diferenças naturais” que Rousseau falava sobre o homem e a mulher era por culpa da educação, pois a ignorância que tornava as mulheres inferiores, devido as faltas de oportunidade.

No século XIX, o capitalismo se consolida trazendo consequências em todas as esferas, principalmente para o trabalho feminino:

O sistema de produção manufatureira, e posteriormente, fabril, o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria, vão afetar o trabalho feminino, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas em domicílio, e aumentando enormemente o contingente feminino da mão-de-obra operária (Alves; Pitanguy, 1991, p.38).

Longas jornadas de trabalho, desvalorização do trabalho, baixo salário, e ainda portas fechadas para sindicatos, porque movimentos operários não queriam o ingresso das mulheres por considerarem elas concorrentes desleais, como Alves e Pitanguy expõem. Nessas revoluções, ficou ainda mais visível como as minorias eram tratadas e o quanto sofreram nesse processo de criação de leis e como não fizeram parte como cidadãos, pois nem sequer eram vistos como um: “Ficavam excluídos da ideia de igualdade, de forma reversível – porque em nome do sexo e da raça, fatores biológicos insuperáveis – as mulheres, os negros, os índios.” (1991, p.32), o que torna ainda mais curioso saber desde quando essa diferença existe e por quê existe que antes mesmo do capitalismo se consolidar, as mulheres já eram oprimidas e rebaixadas, portanto, para buscar essas respostas, as feministas basearam-se em Karl Marx, como veremos no próximo item.

## **1.2 Fundamentos do Feminismo: uma crítica marxista**

Joan Scott, uma historiadora norte-americana, estuda a história das mulheres seguindo a perspectiva do gênero e procura compreender essa desigualdade entre os

sexos. Em um dos seus artigos<sup>5</sup> ela resgata a origem do “gênero” e como as feministas foram as primeiras a desejar mudar esse olhar para a categoria, entendendo o gênero na organização social e nas relações entre os sexos, mostrando como o estudo de “gênero” se baseava no estudo sobre as mulheres, e como o gênero também explica as relações de poder (as posições de poder). No seu trabalho, Scott (1995) mostra quatro aspectos que estão nessas relações sociais: símbolos culturais, conceitos normativos, organização política e identidade subjetiva. Algo que interliga esses aspectos é a religião e como as mulheres são representada nelas, e os próprios preconceitos advindos; os papéis impostos à mulher, diferença de força, inteligência, uma hierarquia criada que nunca foi natural, e sim naturalizada no decorrer dos séculos. Essa é a grande questão da pesquisa e análise da autora, não se sabe a origem, quando exatamente começou, mas em algum momento foi imposto o que era papel do homem e da mulher e assim foi perpetuado.

Nem sempre esses estudos sobre a desigualdade entre os sexos foi baseado nas questões de raça e sociais. Há muitas histórias não contadas de mulheres negras, levou um tempo até para o marxismo englobar essas questões, pois não era objeto de estudo como bem aponta Scott:

Entretanto, quando invocamos a classe, trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do Marxismo, implicam uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho ao longo do qual a história avançou dialeticamente. Não existe nenhuma clareza ou coerência desse tipo para a categoria de raça ou para a de gênero. No caso do gênero, seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos (1995, p.73).

As historiadoras feministas que tiveram essa iniciativa de olhar além, e isso foi um desafio, pois não havia material suficiente, não havia provas de que sim, havia uma história das mulheres há ser contada, algo que não era ligado aos homens, pois até então, era contada uma única história, sendo os homens os protagonistas de todos os cenários, incluindo revoltas políticas. Então, nas palavras de Scott (1995, p.80): “o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um status analítico independente e próprio.” Não era um foco do marxismo, mas através de analogias com a teoria de Marx, alguns historiadores apontaram a objetificação sexual como “processo primário

---

<sup>5</sup> O artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” da autora Joan Scott.

de sujeição das mulheres” (Scott, 1995, p.77), mostrando assim, que a desigualdade dessas relações sociais é fundamentada na relação desigual entre os sexos.

Joan Scott apresenta diversas formas de pensar e interpretar o mundo para dar sentido ao gênero e a construção do feminino e masculino; o senso comum, a cultura, a psicanálise, tudo gera uma influência sobre essa composição:

A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica (1995, p. 84).

Scott traz uma explicação e reflexões do gênero em sua gênese, tratando das revoluções e seus resultados, mas não se aprofunda muito no capitalismo e como ele se desenvolve atualmente. Para entender melhor o modo de produção e as feministas marxistas, a autora Mirla Cisne, doutora em Serviço Social e pesquisadora das relações sociais de sexo e feminismo, em seu artigo<sup>6</sup> vai se basear no materialismo histórico dialético de Marx para aprofundar o tema.

Assim como Scott, Cisne (2018) vai tratar da questão da desnaturalização da desigualdade, não só entre os sexos, mas social também. Tratando dessas diversas desigualdades, sua análise vai ser sobre as explorações e opressões patriarcal-racista-capitalista, assim “instrumentalizando-nos a intervir para a organização e a atuação feminista classista e antirracista.” (p. 214), podendo entender a opressão das mulheres dentro do modo de produção capitalista, sua atuação política, reconhecida como parte da classe trabalhadora.

Se a desigualdade não é natural, é porque foi aprendida. Se existiu essa educação, uma cultura sexista, racista, então é possível construir algo que vá contra às essas ideias. Cisne (2018) aponta essa questão baseada em Marx e Engels, que é necessário essa cultura e educação para a libertação/emancipação, mas é preciso ter um cuidado com as ideias, pois para ser efetivo, a classe trabalhadora deve agir, não só ficar nas ideias, e sim fazer uma “intervenção coletiva nas relações materiais que determinam as ideias dominantes.” (p. 215).

Scott cita as relações sociais, entre elas na família, como um dos fatores que influencia na desigualdade entre os sexos, e Cisne (2018) também vai se basear

---

<sup>6</sup> Artigo intitulado: “Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais”.

nisso, mas sobre a propriedade privada<sup>7</sup>. Outras autoras também retratam isso, como Costa e Sardenberg (2008):

As socialistas viam a questão da opressão feminina tal qual a entendiam Engels e Bebel, isto é, como consequência do surgimento da propriedade privada, como parte do problema social geral das sociedades classistas. Acreditavam que à medida que lutassem por uma sociedade sem classes sociais, estariam também lutando por uma sociedade sem barreiras, sem desigualdades no que tange às outras categorias classificatórias como sexo, raça, idade etc. Isto é, acreditavam que com o surgimento da sociedade socialista, com a socialização dos meios de produção e a erradicação da exploração do trabalhador, surgiria, automaticamente, uma sociedade mais igualitária, em todos os sentidos (p.27).

A questão da propriedade não se aplica só nos bens materiais, se aplica nessa subordinação das mulheres, por isso que se deve intervir na cultura e nos valores enraizados sobre “papel do homem e da mulher” e a “coisificação da mulher”<sup>8</sup> para promover uma mudança na realidade.

Com o avanço dos estudos sobre as relações sociais, foi possível não só estudar a história das mulheres, mas entender que essa desigualdade tem recortes de raça, como já citado. Não há como estudar a desigualdade entre os sexos sem recortes de classe e raça, até porque como bem aborda Cisne (2018), as interpretações das feministas racializadas, lésbicas e proletárias devem ter a devida atenção, e lembrar que a luta feminista vem desde que as mulheres pretas estavam sendo escravizadas, lutando por suas vidas, movimento exércitos em suas resistências. Trazendo para o cenário atual, onde o capitalismo atua, a autora explica:

Assim, por meio das apropriações advindas das relações sociais de raça e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres (Cisne, 2018, p.224).

---

<sup>7</sup> No século XIX, caracterizado pelos movimentos Reivindicatórios e revolucionários, estruturam-se as bases da teoria socialista. A partir da análise das relações de produção do sistema capitalista, entende-se a condição da mulher como parte das relações de exploração na sociedade de classes. Neste sentido destaca-se a contribuição de dois autores: Friedrich Engels (A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado) e August Bebel (A Mulher sob o Socialismo). Engels baseia-se em estudos de relações familiares em sociedades primitivas efetuados por antropólogos como Lewis Morgan. Contrapondo estas sociedades, em que a propriedade é comunal, em que não existe aparelho de Estado e que seriam regidas por laços de parentesco matrilineares, às sociedades capitalistas, conclui que a base da inferiorização da mulher encontra-se no surgimento da propriedade privada. Desta forma, o casamento e a sujeição da mulher surgiriam como garantia para a transmissão da propriedade (herança). (Alves; Pitanguy, 1991, p.40-41)

<sup>8</sup> Cisne (2018) apoia-se na visão de Marx onde denuncia a coisificação da mulher: “Tratar uma pessoa da mesma espécie como coisa significa não reconhecer o ser humano, o que nega a sua própria condição.” (p.217)

O trabalho das mulheres são desvalorizados, os ditos “trabalhos femininos” e até os que não são. Há condições precárias, salário menor, além do assédio sofrido. Fazer essa análise de raça e etnia não é evidenciar essa desigualdade, os estudos não podem ser feitos separadamente porque há um contexto a ser observado, a autora evidencia isso dizendo que mulheres podem explorar outras mulheres, podem ganhar menos ou mais que um homem, pois há o cenário de classe em jogo também. O feminismo é um movimento social e deve ser entendido como tal, é a luta contra todo o modo de produção, é preciso confrontá-lo em sua totalidade, “confrontar e resistir à ordem patriarcal-racista-capitalista, vinculando-se à luta contra as expressões da questão social.” (Cisne, 2018, p. 226). O gênero não é uma questão social, é um problema estruturante, por isso a necessidade de confrontar as bases do problema, e por isso não ser uma tarefa fácil, tampouco simples em questão de estudos e análises, foram divididos momentos na história para focar nas problemáticas que as mulheres enfrentam em seu cotidiano, conhecido mais como Ondas Feministas. O estudo das ondas é de uma perspectiva eurocêntrica, pois parte da Revolução Francesa, contando a história a partir desse momento, sendo que as mulheres lutam e resistem há muito mais tempo, de muitos outros lugares do mundo, como Dandara dos Palmares, que liderou soldados contra os portugueses<sup>9</sup>, protegendo o quilombo, sendo uma grande referência para o movimento.

### 1.3 As ondas<sup>10</sup> do Movimento Feminista

O feminismo (branco, burguês e heteronormativo que ganhou espaço da história para ser contado) veio com a Revolução Francesa e as reivindicações dos direitos das mulheres para também serem enxergadas. Por séculos as mulheres tiveram seus direitos negados e foram escravizadas, abusadas, submetidas à situações absurdas para cumprir o “papel” que o patriarcado<sup>11</sup> impôs. O capitalismo

---

<sup>9</sup> SILVA, Daniel Neves. “Dandara dos Palmares”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/dandara-dos-palmares.htm>. Acesso em 11 de março de 2024.

<sup>10</sup> “Uma “onda” feminista, foi um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram e dominaram o debate.” (Franchini, 2017)

<sup>11</sup> O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é

se desenvolveu e expandiu-se, trazendo mudanças pelo mundo todo, e uma dessas foi o movimento sufragista<sup>12</sup>. O termo “feminismo” é indicando a primeira vez na história que as mulheres se juntaram para a reivindicação dos direitos:

O que as mulheres reivindicavam era tão-somente um direito defendido, em tese, pelas ideias liberais, e recusado, na prática, por um governo composto pelo próprio partido liberal. Só o alcançaram em 1928, como consequência de uma luta que se estendeu por mais de seis décadas (Alves; Pitanguy, 1991, p.47).

O direito ao voto era a pauta principal. Do século XVIII ao XIX já havia a luta por melhores condições de trabalho, salário e etc, e as mulheres queriam reivindicar seus direitos à cidadania, e como Alves e Pitanguy destacam: “esta foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência.” (Alves, Pitanguy, 1991, p.44) esse processo durou cerca de 7 décadas, nos Estados Unidos e Inglaterra. Essa foi a primeira onda, também chamada de Feminismo Liberal<sup>13</sup>.

Apesar de toda a luta e reivindicação de direitos, o movimento feminista não encerrou na primeira onda. A segunda onda iniciou em meados da década de 1960, e como Gervasoni e Silva (2021) bem explicam, essa segunda onda aborda os direitos civis e abrangendo questões como maternidade, liberdade sexual e de procriação, luta pelo fim da violência. Esse aprofundamento nas questões dos direitos também exigiu mais estudos da origem dessa opressão sofrida pela mulher, e é nesse contexto que surge as Feministas Marxistas<sup>14</sup>, apoiando-se na teoria de Marx para entender

---

esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. (Saffioti, 2015, p.145)

<sup>12</sup> Iniciou-se o sufragismo, enquanto movimento, nos Estados Unidos, em 1848. Denuncia a exclusão da mulher na esfera pública, num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destituídos de renda. No século XIX, naquele país, a luta pela abolição da escravatura mobilizou parcelas significativas de mulheres que, até então, não haviam, de forma tão massiva e organizada, participado da esfera política. A conscientização da submissão do negro trouxe-lhes, ao mesmo tempo, uma medida de sua própria sujeição. (Alves; Pitanguy, 1991, p.44)

<sup>13</sup> Não se pode deixar de lado que historicamente os liberais defendem a liberdade do indivíduo, seja liberdade de possuir propriedades ou de voto, mas trata-se, em geral, de uma liberdade restrita a isso, conformando-se a liberdade como atributo meramente individual e pessoal, não da coletividade.” (Gervasoni; Silva, 2021, p.5)

<sup>14</sup> Por outro lado, a corrente das feministas socialistas desenvolveu-se em distintos países, porém foi na Alemanha que alcançou maior intensidade, graças à atuação de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo. Essa corrente surge algum tempo depois da publicação do “Manifesto Comunista” por Marx e Engels, como parte integrante do movimento proletário internacional. Desde o início, atuavam dentro dos partidos e sindicatos e só posteriormente tentou criar, dentro dessas organizações, seções ou grupos de mulheres. (Costa; Sardenberg, 2008, p. 27)

questões como machismo e sexismo dentro do capitalismo, como já foi dito anteriormente e é reforçado:

Nesse sentido, em busca de respostas aprofundadas das origens de sua opressão, grupos de mulheres recorrem à teoria marxista, sendo que muitas dessas mulheres passam a se denominar “feministas marxistas” (ou socialistas, ou classistas), pois se sentem insatisfeitas com as explicações teóricas do feminismo sobre a dominação econômica masculina (Gervasoni; Silva, 2021, p.6).

Os questionamentos acerca do que é “ser mulher” aumentam, uma obra famosa que retrata isso é “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir<sup>15</sup>, filósofa francesa e grande referência no movimento feminista que traz essas reflexões acerca da “essência feminina”. Nesse cenário, acontece uma contracultura<sup>16</sup>, a busca da origem da opressão, entender que não é um fator biológico e sim de relações sociais, a política, sistema jurídico, religião, todos os papéis pré-definidos e a hierarquia do homem no poder são refutados, e assim, entendido como algo mutável, dialético. (Alves; Pitanguy, 1991, p.57).

Para aprofundar ainda mais o movimento, pois para analisar e entender o feminismo, os recortes de classe e raça devem acontecer, vem a terceira onda trazendo essa interseccionalidade<sup>17</sup>. Gervasoni e Silva (2021) detalham que foi a feminista e mulher negra Rebecka Walker que trouxe essa inclusão no movimento:

...Fazendo com que fosse possível haver uma percepção sobre as diferenças raciais, de classes sociais e a influência que esses fatores possuem e

---

<sup>15</sup> Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora, em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito. (Alves; Pitanguy, 1991, p. 52)

<sup>16</sup> O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente. (Pereira, 1986, p.8-9)

<sup>17</sup> Inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que interseções entre classe e raça ficaram aparentes. Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes. Elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era a delas. Elas conheciam melhor do que suas companheiras com privilégio de classe, de qualquer raça, os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém. Havia conflitos entre elas e suas companheiras privilegiadas sobre comportamento apropriado, sobre questões que seriam apresentadas como preocupações feministas fundamentais. (Hooks, 2018, p.53)

estabelecem na vida das mulheres, fato que foi deixado de lado na Segunda onda, que possuía como parâmetro a vivência de mulheres brancas (p.7).

Esse avanço dos estudos e uma visão mais ampla aconteceu apenas na década de 1990. Alves e Pitanguy (1991) mostram que com a expansão, em todos os aspectos, o movimento foi reconhecido como movimento de massas, como estudo político e científico, não sendo mais marginalizado e trazendo uma importante solidariedade entre as mulheres em diversos ambientes, desde trabalho à cursos e congressos, elas ganharam voz e espaço.

Gervasoni e Silva (2021) explanam em seu artigo a questão da Quarta onda feminista, que alguns pesquisadores acreditam acontecer nos dias atuais, um pós-feminismo ou junção de todas as ondas já citadas em uma só, englobando todas as lutas, principalmente a interseccionalidade. Essa onda pode ser mais percebida virtualmente: “caracterizada principalmente pelo uso maciço das redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas” (Franchini, 2017), e apesar de não ter muita base teórica para explicar essa possível quarta onda, quem a estuda identifica que as pautas frequentes são: “a cultura do estupro, a representação das mulheres na mídia, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades, e a postura de denúncia e de recusa ao silenciamento.” (Franchini, 2017), e mesmo com assuntos tão importantes discutidos, a liberdade e igualdade tão falados tem sido banalizados, virando jargões para o consumo, o que nos faz refletir sobre como o movimento feminista irá reagir, levando em conta sua trajetória (e uma possível onda após essa), portanto, avaliamos ser importante abordar o movimento feminista no Brasil para discutir esse avanço do feminismo.

#### **1.4 Trajetória e particularidades do feminismo no Brasil**

Todos os acontecimentos nos Estados Unidos e Inglaterra influenciaram diretamente o feminismo no Brasil e como ele se desenvolveu. Obras como de Mary Wollstonecraft, traduzida para o português, que foi pioneira no movimento internacionalmente, e Nísia Floresta Brasileira Augusta que publicou vários livros influentes como “A mulher” e “Conselhos à minha filha”, contribuindo para o pensamento crítico florescer nas mulheres. As mudanças puderam ser notadas a partir do século XX:

Desde então, o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã (Costa; Sardenberg, 2008, p.32).

As revoluções que aconteceram nos Estados Unidos e Europa causaram influência no mundo todo, inclusive no Brasil. As mulheres brasileiras reivindicaram seus direitos, assim como as americanas e francesas, reivindicaram direito à cidadania, melhores condições de trabalho e ter poder de escolha, mostrando que seja em qualquer país, as mulheres eram submetidas por uma exploração-domação-opressão semelhante, umas mais agressivas que outras, mas ainda silenciadas.

No Brasil, antes do feminismo ganhar espaço e do modo de produção capitalista se espalhar e consolidar, o regime vigente era o colonial que teve início em 1530 e durou até 1822. Um regime escravocrata e patriarcal, como bem aponta Costa e Sardenberg (2008), com a “Casa Grande” e senhores de engenho escravizando os trabalhadores, produzindo para o comércio exterior, que no caso era apenas para Portugal, o colonizador. Esses trabalhadores se concentravam na zona rural em condições precárias, e a burguesia ocupava a cidade, sendo a classe dominante. Nessas classes dominantes, as mulheres não tinham espaços para ocupar:

Assim, fosse na Casa Grande ou nos sobrados burgueses do Brasil Colônia, a situação da mulher brasileira era bastante precária. Sobretudo porque a família patriarcal se estabelecia segundo as “Ordenações de Portugal”, dando ao marido não só amplos poderes, mas ainda o cruel direito de castigar fisicamente sua mulher. Ademais, nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido (ou pai) distante e autoritário, rodeado de escravos e concubinas (Costa; Sardenberg, 2008, p.33).

A situação das mulheres no Brasil não era algo exclusivo do país, a história aponta que mulheres pelo mundo todo sofreram de forma semelhante, sendo obrigadas a ficarem em casa, reproduzir, cuidar dos filhos, sem conhecimento, portanto, ignorantes; passivas, mas no caso das mulheres da classe dominante – brancas – maltratavam escravos. Caso não quisesse viver dessa forma, a outra opção era o convento, pois mesmo sendo um confinamento e precisar abdicar de alguns costumes, tinham melhores condições de vida.

Costa e Sardenberg (2008) ressaltam que, apesar das mulheres de classe mais baixa terem mais liberdade na questão amorosa e sexual, não era por isso que sofriam

menos opressão; pelo contrário, sofriam tanto quanto as demais: trabalhos desgastantes, eram abandonadas pelas pessoas e pelo modo de produção, tendo que se sustentar da maneira que era possível, geralmente se envolvendo em diversas atividades. Se era dessa forma com mulheres brancas, mas pobres, com as negras a situação era bem pior. Além de serem escravizadas, a violência física era inimaginável, o corpo sofria por serem exploradas das diversas formas possíveis, sendo no trabalho escravo, seja estuprada.

Havia exceções, como sempre há em qualquer situação, porém as exceções geralmente eram as mulheres das classes dominantes que podiam assumir um negócio da família, isso não quer dizer que a exceção era a regra. A maioria vivia uma realidade diferente, e mesmo essas mulheres das exceções, também viviam essa realidade: o patriarcado. Costa e Sardenberg mostram o que acontece com a chegada do século XIX:

Com a chegada do século XIX e, com ele, de uma série de mudanças consideráveis de ordem econômica, política, social e ideológica, inerentes ao processo de tramitação de um passado colonial, baseado no trabalho escravo, para a República, o caminho da industrialização, fundamentado no trabalho livre, as condições que tornariam mais evidente a situação das desigualdades entre homens e mulheres, e a especificidade da subordinação da mulher, iriam amadurecer (2008, p.34-35).

Desde 1808 as mudanças começaram a ocorrer, como a vinda da família portuguesa, abertura dos portos ao comércio estrangeiro, desenvolvimento do sistema bancário, construção de ferrovias, o que significa que a cidade, ou centro urbano, já se desenvolvia, e com a industrialização advinda das revoluções, alavancou. Em um desses avanços, em 1888 aconteceu a abolição da escravatura e em 1889 a proclamação da república ocasionando na Constituição de 1891, que foi feita baseada em ideologias liberais, algo que também aconteceu nos países da revolução, os liberais eram a classe dominante (Costa; Sardenberg, 2008).

Fazendo a conexão com as ondas do feminismo, esse momento no Brasil, ou seja, da transição do século XVIII para o XIX, é quando acontece a primeira onda feminista no mundo. A luta por direitos como cidadão e direitos trabalhistas se expandiu, e com a Constituição, o sufrágio universal também aconteceu no Brasil. E assim como aconteceu no exterior, na Constituição não eram explicitados os direitos da mulher, ou seja, interpretavam como queriam, transformando a “igualdade” que deveria acontecer por legislação, em algo que excluía uma parte da sociedade, favorecendo só homens brancos e burgueses. Estendendo-se até o século XX, esse

processo foi marcado pela luta das mulheres pelo direito ao voto, direito à educação, à profissionalização, e que certamente não foi um processo fácil, muito menos rápido, que precisou se comparar às campanhas das inglesas na questão de violência, algo que não era a intenção ter essa comparação até mesmo com as norte-americanas que também tinham atitudes “terroristas”, chama a atenção para a causa, porém não da melhor forma. Algo que ajudou positivamente foi: “a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922” (Costa; Sardenberg, 2008, p.37) e com a luta do direito ao voto das mulheres, houve críticas, não por qualquer pessoa, e sim pelo Senado Nacional. Como uma forma de protesto à altura, a FBPF lança o “Manifesto Feminista”, reforçando a igualdade entre os sexos, a autonomia feminina e a liberdade.

Somente em 1932 o direito ao voto foi conquistado. Apesar da demora excessiva, as mulheres conseguiram, porém, em um cenário oportunista. Getúlio Vargas sobe ao poder no Brasil em 1930 representando a burguesia, e como estratégia para obter mais poder e influência, busca apoio popular. Por isso também que esse feminismo no Brasil, alinhado com a primeira onda feminista, é visto como um feminismo burguês, pois o que queriam intervir era apenas as desigualdades na democracia, sem aprofundar os questionamentos dessa hierarquia do homem sobre a mulher.

Com o passar dos anos e o desenvolvimento do feminismo, chega a segunda onda feminista, que nos outros países aconteceu na década de 1960 o Brasil seguiu a mesma linha. A segunda onda foi marcada por revoltas mais calorosas, uma contracultura poderosa e pautas polêmicas, além de algumas contradições como será visto no decorrer do trabalho, e com tantas movimentações e, finalmente, questionamentos sobre essa desigualdade de gênero, as feministas marxistas ganham espaço, e no caso do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro<sup>18</sup> é influenciado pelo marxismo.

---

<sup>18</sup> A trajetória do centenário Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 25 de março de 1922, é parte constitutiva da história do Brasil. O PCB nasceu em consequência das lutas operárias que vinham se desenvolvendo desde o final do século XIX no Brasil e que se ampliaram entre 1917 e 1920 sob influência da vitoriosa revolução bolchevique na Rússia. Se, na sua gênese, convergiram os ideais libertários do nascente proletariado, no seu desenvolvimento e consolidação foram sintetizados os processos de maturação de uma organização política que buscava (e ainda busca até hoje) conjugar em suas fileiras os mais destacados dirigentes das lutas dos trabalhadores e representantes da intelectualidade e da cultura brasileira. (PCB, 2010)

O que acontece nesse cenário é que o Brasil já passava dificuldades no governo Vargas, e posteriormente passou pela ditadura militar em 1964 até 1985, gerando um atraso imenso na democracia. Então, o Partido Comunista Brasileiro tinha uma face autoritária, o feminismo de esquerda no Brasil não tinha as mesmas características que nos demais países à fora, portanto, não se comprometia tanto com a luta das mulheres:

Desse modo, sob a influência das feministas socialistas, que não conheciam a existência de questões específicas à mulher, esses grupos apagavam quase que totalmente de suas lutas, “bandeiras” próprias da mulher, e se lançaram exclusivamente às lutas gerais, presos dentro dos limites das reivindicações econômicas e políticas, cujas existências não demandavam profundas transformações na sociedade, não conseguindo romper com os limites ideológicos e políticos da sociedade classista. Sua militância, na medida em que utiliza estereótipos tradicionais, reforçando o papel da mulher na família e na sociedade, reforça, em segunda instância, a ideologia de sua opressão (Costa; Sardenberg, 2008, p.40).

Então, nem mesmo o PCB obteve influência o suficiente para enfrentar essa ideologia enraizada na sociedade. Mesmo apoiando-se nos posicionamentos de Marx acerca da emancipação feminina, a visão do partido era alinhada com a visão da classe dominante, de que as mulheres deveriam servir ao marido e ao lar, deixando não só as mulheres, como a classe trabalhadora à mercê da burguesia. Foi necessário mais alguns anos para o PCB mudar sua postura:

Compreendeu-se que, apesar de que, na sociedade em que vivemos, a opressão principal seja a opressão do capital sobre o trabalho, e que a divisão entre classes decorrentes das relações sociais de produção capitalista seja o grande divisor de águas, existem outras formas de opressão específicas, como a opressão da mulher, do negro, dos homossexuais, dos deficientes físicos, opressão essas que não estão diretamente determinadas pela estrutura econômica da sociedade, e que, portanto, não serão eliminadas, automaticamente, com mudanças na estrutura econômica, ou seja, com a socialização dos meios de produção e eliminação da estrutura de classes sociais (Costa; Sardenberg, 2008, p.41).

Finalmente a esquerda estava comprometida com pautas que já deveriam fazer parte do partido, apoiando as mulheres, superando também o retrocesso que houve pela ditadura militar. Não só o partido foi silenciado, todos os movimentos ligados à esquerda foram perseguidos.

Não é surpresa saber que a igreja católica fez parte, tanto da ditadura como da perseguição, pois eram ligados com a burguesia. Questões conservadoras foram pautas como nunca durante esse período, então foi necessário mais anos se passarem, especificamente em 1975 em diante, o movimento feminista se reinventa, como bem explica Costa e Sardenberg (2008), surgindo um “feminismo moderno”,

parecido com o que acontecia nos Estados Unidos e Europa, trazendo pautas “antigas” que foram tratadas na primeira onda feminista como a divisão sexual do trabalho e o papel da mulher na sociedade. Essa força que o feminismo ganhou novamente fez muitos grupos de mulheres surgirem ao redor do país, como grupo de estudos ou grupos de reflexão, e esses grupos discutiam sobre a opressão da mulher. Isso era algo tratado entre as feministas marxistas, acreditando que superando o capitalismo, a opressão se findaria. Isso gerou diversos debates, porque como a história nos mostra, a opressão veio muito antes do capitalismo se consolidar ao redor do mundo.

Essa iniciativa veio de grupos autônomos, mulheres que queriam fazer e pensar diferente do que já era proposto, dessa forma, aprofundando os debates e pesquisando mais, não sendo um processo fácil pois era difícil conquistar um espaço próprio, porém, obtiveram sucesso:

Em 1985, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga (SP), com a participação de mais de mil mulheres de diversos estados e países, será um fator determinante na nova forma de organização dos encontros nacionais, que deixam então de ser eventos restritos aos membros de grupos autônomos e passam a incorporar grande número de mulheres participantes de outros movimentos (Costa; Sardenberg, 2008, p.43).

Na década de 1980, encaminhado para a década de 1990, mudanças significativas no movimento podem ser notadas. Essa conscientização que as próprias mulheres tiveram é um marco para os estudos acerca da condição feminina na sociedade. A luta atravessa meios de comunicação, há criação de órgãos especiais, Conselhos, o feminismo ocupa mais espaços, atingindo até mesmo os conservadores. As autoras (2008) ressaltam como foi importante o feminismo chegar na polícia, pois a luta contra a violência ganha força, e delegacias de atendimento à mulher são construídas.

Esse período, seguindo a ordem das ondas feministas, se encaixa na terceira onda feminista, onde há um olhar aprofundado para classe e raça nas pautas feministas, trazendo essas mulheres que são marginalizadas dentro do próprio movimento. Infelizmente, mesmo com os avanços do movimento, as mulheres que eram favorecidas com as conquistas eram as mulheres de classes mais favorecidas, pois as mulheres de classes mais baixas não chegavam aos espaços conquistados, continuaram sem ter oportunidades, não há como essa conscientização chegar até elas sendo que precisam tanto lutar pela própria sobrevivência.

A realidade dessas mulheres reforça que o movimento feminista não é só conquistar direitos constitucionais ou denunciar a desigualdade de gênero em diversas esferas, como aponta Costa e Sardenberg (2008). A luta vai muito além, porque a vivência das mulheres são diferentes, as raízes sociais e culturais são fundas e nem sempre detectáveis. Se a origem dessa desigualdade nem pode ser definida de como e quando iniciou, é difícil saber desde quando essa opressão e exploração afeta as mulheres, e o tanto que afetou e afeta a vida delas. É algo geracional, um problema que não tem uma solução simples, não seria superado só com uma revolução na esfera econômica, mas também uma revolução cultural, ambas unidas.

Os costumes e práticas de opressão às mulheres foram normalizados, e acabar com isso será um processo demorado. Esse processo se inicia com a conscientização das mulheres, a informação é crucial, é a chave para que elas compreendam a si e ao mundo, que percebam quando estão sofrendo alguma violência mesmo que silenciosa, que saibam se posicionar em qualquer espaço, como no trabalho, que não aceitem serem exploradas pelo próprio marido, sendo feitas de empregada. Que possam entender que sim, elas podem gostar de ser “do lar”, que podem ter filhos, mas que também podem ter sua independência financeira, que podem estudar, que podem exercer seus direitos como cidadãs. Esse pensamento<sup>19</sup> surge em mulheres ditas “conservadoras”, que criticam o feminismo alegando ser um movimento que quer acabar com a feminilidade das mulheres, que obriga as mulheres a trabalhar, ou até mesmo a não se casar e ter filhos. O feminismo é permitir que as mulheres tenham esse poder de escolha; seja ser dona de casa ou trabalhar, as mulheres podem escolher que espaço quer ocupar, foi essa a luta do movimento feminista no século XVIII que se estende até os dias atuais.

Esse estereótipo colocado nas feministas é algo que dificulta o movimento. Não só o movimento e seu avanço, mas as mulheres que estão inseridas nele são tão oprimidas quanto com esse pré-julgamento. Há as feministas que se “vestem” como tal, que podem não ser tão femininas (o que é feminino ou não também é algo que foi

---

<sup>19</sup> Entretanto, apesar da grande assimilação ou apropriação de propostas e conquistas feministas pela sociedade mais abrangentes, observa-se, ainda, contraditoriamente, se não uma decisiva resistência e mesmo hostilidade em relação ao movimento, por certo uma desinformação no que concerne ao Feminismo, inclusive entre mulheres supostamente “bem informadas”. Ademais, alimentada pela mídia, e certamente ao gosto daqueles que têm interesse em que a mulher permaneça passiva, submissa e conformada, persiste ainda, como imagem generalizada da feminista, o estereótipo da mulher feia, mal-amada e mal-ajustada, uma inimiga ferrenha dos homens. (Costa; Sardenberg, 2008, p.45-46)

imposto pela sociedade patriarcal), podem usar um cabelo curto, podem ser lésbicas, podem ter tatuagens, podem não ser tão delicadas, e também podem ser o completo oposto disso, pois o feminismo não tem uma “cara”, mulheres “femininas” ou não participam do movimento, e o jeito que mulheres se vestem ou se portam não as definem ou não as tornam menos mulheres. O preconceito e o julgamento vem do medo pelo “diferente”, e as feministas se encaixam nesse molde, pois vão contra o que é pré-estabelecido sobre como mulheres devem se comportar, e isso causa desconforto em quem não quer essas mudanças, em quem quer manter essa posição subordinada das mulheres, sobre não poder se posicionar, se revoltar, exigir seus direitos. A resistência ameaça a hierarquia, o feminismo é visto como perigoso por abrir os olhos das mulheres, a verdade é sempre temida por quem dissemina mentiras e vive delas. Uma das mentiras é supor que o feminismo busca ser superior aos homens, como aponta Costa e Sardenberg (2008):

É importante assinalar, também, que essas “imagens de mulher” (modelos), se propagam e reproduzem ao tempo em que se produz e dissemina uma visão distorcida (machista?) do próprio feminismo. Referimo-nos aqui, em particular, à noção de que o feminismo apregoa ou desencadeará o advento (re-ascensão), como pensam alguns, do “matriarcado”, ou seja, de uma ordem social que representa o inverso da ordem patriarcal, na qual as mulheres deteriam o poder sobre os homens (p.47).

Esse matriarcado, como as autoras explicam, seria o oposto do patriarcado, ou seja, as mulheres oprimindo os homens. Se a conquista de direitos básicos para as mulheres levou tantos anos, esse cenário do matriarcado chega a ser impossível. E mesmo que fosse possível, esse não é o intuito do movimento. As autoras também reforça que a luta não é só pela libertação das mulheres, mas de toda a sociedade, porque o feminismo busca justiça. A estrutura patriarcal afeta a todos, adoece, não há benefício algum se não for para a classe dominante. A luta é pelas mulheres, não para ficarem acima de ninguém, mas para terem o direito de ser *alguém*. Uma das maneiras de compreender essa estrutura e por quê ela nos afeta até os dias atuais, é preciso começar pelo Feminismo Liberal.

## **SEÇÃO II: Avanço neoliberal e seus impactos no Movimento Feminista**

Nesse segundo capítulo, haverá um aprofundamento acerca do feminismo liberal enquanto vertente do movimento feminista, e como ele não reflete o que é o feminismo em si, por não ser coletivo, e indo além com o neoliberalismo, sendo feita uma comparação do movimento antes e depois da ofensiva neoliberal. O cenário retratado é das movimentações que aconteceram na Europa e Estados Unidos, com autoras desses países que estudam os assuntos tratados. Além dele, o Feminismo de Mercado será explicado para mostrar como o capitalismo investiu nas ideias feministas para favorecer seu modo de produção e gerar lucro, fazendo assim, que o movimento feminista esvazie suas pautas e deixe de ter seu caráter emancipatório.

### **2.1 Crítica ao Feminismo Liberal**

O momento histórico do Feminismo Liberal é na Primeira onda feminista, já houve uma introdução acerca do tópico no primeiro capítulo, mas um aprofundamento no tema se faz necessário para entender as nuances dessa onda que tornou-se uma vertente tão praticada nos dias atuais. Para explicar o que é o feminismo liberal, deve-se iniciar pelo liberalismo:

Os valores do liberalismo, incluindo a crença-chave na importância e autonomia do indivíduo se desenvolveram no século XVII. O liberalismo emergiu com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, em oposição aos valores feudais-patriarcais fundados na desigualdade. Era então a filosofia da burguesia ascendente (Gandhi, 2018, p.36).

A liberdade e igualdade tão difundida pela lógica do liberalismo segue parâmetros “naturais”, sendo profundamente individualista. Nesse contexto em que surgiu, as hierarquias já estavam formadas, a sociedade já era desigual, e a burguesia espalhava essa ideia de que todos teriam igualdade de oportunidades, e com essas oportunidades, venceriam na vida. Isso, com certeza, fugia da realidade do proletariado, sendo esse fator o que limitou o pensamento liberal: “Mas, no século XIX, após o crescimento da classe trabalhadora e de seus movimentos, as limitações do pensamento liberal vieram à tona.” (Gandhi, 2018, p.40), se todos tinham direitos iguais, os trabalhadores reivindicaram esses direitos, então houve o movimento das

mulheres, o movimento negro, e começaram a questionar esse sistema político e socioeconômico, fazendo o liberalismo perder sua face progressista:

Na fase presente, as feministas liberais tiveram que ir além dos confinamentos estreitos da igualdade formal e fazer campanhas por direitos coletivos positivos como medidas de bem-estar para mães solteiras, prisioneiras, etc., e exigir um Estado de bem-estar social (Gandhi, 2018, p.41).

Os trabalhadores perceberam que essa liberdade individual tinha muitos limites. O Estado abria mão do seu trabalho, e cada um devia lutar por si, como se a culpa por estar em uma devida situação, como o trabalhador passando fome, fosse culpa dele e ele deveria usar das oportunidades que tinha para superar-se.

Esse domínio da razão e igualdade era defendido por grandes filósofos da época, como Rousseau e John Locke, porém, como foi observado no primeiro capítulo, essa ideia de liberdade não chegava até às mulheres, principalmente a igualdade política, o patriarcado já estava presente impondo o que era “papel da mulher” e excluindo ela da sociedade. Para contrapor esses filósofos, houve pensadoras à favor do direito das mulheres como Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor Mill, Elizabeth Candy Stanton, todas baseadas na filosofia do liberalismo também. O direito ao voto foi uma grande conquista das feministas liberais, pois já que buscavam essa igualdade por meio da política/leis, as mulheres queriam ter o direito de participar das decisões também, e após décadas de luta, conseguiram.

Mary Wollstonecraft foi um grande nome por estar em um setor radical em apoio a Revolução Francesa. Ela rebateu muitos homens importantes da época, como Rousseau, e Edmund Burke:

Ela escreveu Reivindicação dos Direitos da Mulher em 1791 em resposta à interpretação conservadora de Edmund Burke sobre o significado da Revolução Francesa. Nesse folheto, argumentou contra as noções feudais-patriarcais de uma dependência natural das mulheres pelos homens, que mulheres eram feitas para satisfazer os homens, que não poderiam tornar-se independentes (Gandhi, 2018, p.37).

Não muito diferente da situação que ela rebateu o filósofo Rousseau pelas afirmações dele de existir “diferenças naturais” entre o homem e a mulher, ressaltando a ideia de que há um “papel da mulher” a ser seguido, ele não era o único a pensar assim, infelizmente.

Antes mesmo do feminismo se consolidar como um movimento político, Mary Wollstonecraft estava escrevendo e defendendo as mulheres totalmente baseada na

racionalidade e na própria ideologia de liberdade individual espalhada pela Revolução Francesa. Para a época, foi um posicionamento completamente revolucionário, e até mesmo, lógico; não é difícil perceber que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens, como Mary acreditava, na questão das mesmas oportunidades na educação e socialização, pois, se todos os indivíduos tinham as mesmas oportunidades, as mulheres deveriam seguir o mesmo caminho dos homens no sentido intelectual para poderem se desenvolver, porque a educação que recebiam era de ser submissa e obediente. Mary Wollstonecraft percebeu muitas coisas sobre a violência sofrida pelas mulheres, de acordo com Gandhi (2018, p.38), acreditava que as mulheres que já faziam parte da classe trabalhadora tinham virtude e eram independentes (até onde fosse possível), mas que, mesmo sendo independentes e respeitáveis, eram oprimidas.

Algo a se ressaltar nesse período do século XIX é que, essas mulheres que se sobressaíram como grandes pensadoras e conseguiram ter esse entendimento sobre a opressão sofrida, eram mulheres burguesas. Para elas, era mais fácil ter acesso a esse conhecimento e poder se dedicar nos estudos, trazendo grandes contribuições para a história. Antes de ser chamado “Movimento Feminista”<sup>20</sup>, era chamado de movimento das mulheres, mulheres essas que, se não fossem da burguesia, já trabalhavam – e muito – antes mesmo das mulheres serem liberadas para poderem fazer parte (legalmente) da classe trabalhadora. Mulheres, principalmente negras, que eram escravizadas, trabalham desde sempre, mas a parcela burguesa reivindicava seus direitos civis, realidades completamente opostas, vivências diferentes, porém o movimento das mulheres buscava a liberdade dessas mulheres, que só posteriormente, pôde ter esse olhar aprofundado para o recorte de classe e raça.

---

<sup>20</sup> Curiosamente, foi em 1837 nas palavras do filósofo francês Charles Fourier, um utópico social radical, que o termo “feminismo” apareceu pela primeira vez ligado aos direitos da mulher. Fourier usou o termo francês *féminisme* para falar sobre o empoderamento das mulheres. A palavra inglesa “feminism” é uma anglicização direta do *féminisme*, mas a palavra francesa original pode ser decomposta etimologicamente. Suas origens estão em dois conceitos do francês antigo: *feminin* (que vem da palavra *femina* para “mulher” em latim) e *-isme* (que vem do sufixo *-ismus* em latim, transformando o termo em um substantivo que designa prática, sistema ou doutrina). Embora “feminism” em inglês, como já dito, tenha aparecido pela primeira vez no ano de 1841, a palavra não trazia qualquer conotação política naquele momento. Ela apenas indicava algo relacionado às mulheres. Com o movimento pelo sufrágio feminino, isto é, pelo direito ao voto da mulher (o que agora é tido como “a primeira onda” do feminismo), a palavra começou nos anos 1890 a ser referência para uma política progressista envolvendo mulheres. Em vez de vir de outro lugar, o termo foi apropriado pelo movimento que precisava se fazer compreender para atender às suas necessidades. (Larkin, 2022)

Outra mulher que se destacou, de acordo com Gandhi (2018), além de Mary Wollstonecraft, foi Harriet Taylor, burguesa e esposa de um filósofo famoso chamado James Stuart Mill, ela escreveu “Sobre a emancipação das mulheres” em 1851 apoiando o movimento, e defendeu (sob a lógica liberal) os direitos das mulheres, reforçando que as mulheres deveriam decidir por si mesmas, e dando foco à essa liberdade que não abraçava o gênero feminino, questionando por quê o mundo levou tanto tempo para fazer algo pelas mulheres.

As ideias liberais não cessaram na primeira onda feminista, seguiu até a segunda onda, na década de 1960, e tinha nomes importantes no movimento que apoiavam-se nessas ideias, como Betty Friedan, Bella Abzug, Pat Schroeder, onde Gandhi (2018, p.39) ressalta que essas feministas liberais surgiram justamente entre mulheres que trabalhavam em grupos de Direito das mulheres, comissões, mostrando esse foco do feminismo liberal em igualdade na educação, emprego, lutando para que a desigualdade nesses cenários diminuísse e que as mulheres tivessem oportunidades de ter cargos importantes:

Mas, tão logo essas barreiras legais e educacionais começaram a cair ficou evidente que a estratégia liberal de mudar as leis por dentro do sistema existente não era suficiente para conseguir justiça e liberdade para as mulheres. Elas mudaram sua ênfase para lutar por igualdade de condições ao invés de meramente igualdade de oportunidade (Gandhi, 2018, p.39).

Dessa forma, as feministas liberais se depararam com um dos vários problemas que existem dentro das ideias liberais. Igualdade de oportunidades não significa absolutamente nada numa sociedade desigual como é a sociedade capitalista, e percebendo isso, mudaram suas reivindicações para igualdade de *condições*, pois para chegar em determinada oportunidade, primeiro é preciso ter condições favoráveis, e isso foge das ideias liberalistas. Exigir melhorias de condições significa pedir que o Estado não se esquive das suas responsabilidades, pois é preciso toda uma articulação para criar essas condições, como cita Gandhi (2018, p.39): dar assistência à infância, no caso, enxergar as mães que têm filhos e precisam trabalhar, bem-estar, seguro-desemprego, e muitas outras que influenciam diretamente na saúde física e mental, e por conta disso, as pautas das feministas liberais abraçaram essas questões, mostrando que o feminismo liberal possuía um potencial emancipador, porque com as mulheres no mercado de trabalho, elas poderiam

observar de perto a contradição que existe no liberalismo e capitalismo, um modo de produção que nega a liberdade que prometeu.

Aparentemente, o feminismo liberal é uma boa vertente. O termo “liberal” tende a ser associado com liberdade, algo facilmente dissipado enquanto discurso feminista e muito comprado pela maioria, por pensarem que lutar pela educação e emprego é o suficiente para as mulheres terem os mesmos direitos que os homens, só que, não é assim. Já podemos observar que desde que o liberalismo surgiu, seu alvo nunca foi as mulheres, nunca foi oferecer as mesmas oportunidades para as mulheres (ou minorias), seu individualismo é sua maior fraqueza, por isso foi perdendo sua influência em questão de as pessoas acreditarem nesse discurso (ou, se enganarem com ele) e essa atenção no individualismo vai totalmente contra aos valores do movimento feminista.

Desde seu início enquanto movimento histórico, o feminismo *precisou* ser coletivo, milhares de mulheres precisaram sair nas ruas e fazer manifestações, pressão, para reivindicar seus direitos e conseguir serem inseridas na sociedade enquanto cidadãs. Na primeira onda, foi chamado de feminismo liberal por estarem inseridos nessa ideologia, então mesmo as mulheres que queriam revolucionar o pensamento sobre a posição das mulheres na sociedade, precisaram associar com as ideias liberais, porque era o contexto da época, e como já foi dito, o feminismo liberal tinha potencial por ter iniciado com essas grandes manifestações. Com o passar do tempo, e mais estudos acerca do tema, a influência marxista, foi observado que não existe isso de oferecer as mesmas oportunidades para todos, porque isso só favorece para quem já é privilegiado. Gandhi pontua as problemáticas do liberalismo, mostrando como ele não é favorável para a sociedade (e principalmente, para as mulheres):

Restringe-se a mudar as leis e as oportunidades educacionais e de emprego, medidas de bem-estar, etc., e não questiona as estruturas econômicas e políticas da sociedade que fizeram ampliar a discriminação patriarcal. Portanto, é reformista em sua orientação, tanto na teoria, quanto na prática (2018, p.42).

O liberalismo é exatamente o que o capitalismo quer (e é, em sua essência). Não questionar as estruturas socioeconômicas, permitir que o Estado seja neutro em seu dever, e fazer mudanças só mascaradas, sem de fato resolver o problema. O Estado fica do lado da classe dominante, que se beneficia dessa desigualdade, da desvalorização das mulheres, e os liberais, no caso, as feministas liberais, na

atualidade, como ressalta Gandhi (2018, p. 42) seguem se organizando para encontros, convenções, para discutir as leis e inserir as mulheres em cargos importantes (como na política), mas segue sendo minoria nesse cenário tomado pelos homens.

A classe dominante teme a grande mobilização da classe trabalhadora. Teme os questionamentos, teme que a classe trabalhadora tenha a chance de ascender. O feminismo é feito de estudos e questionamentos, descartar recortes de classe e raça é montar um feminismo feito só para mulheres privilegiadas, deixando de lado seu caráter emancipatório, lidando com os problemas de forma superficial para se encaixar no modo de produção capitalista. O capitalismo *quer* esse feminismo, quer que seja superficial, voltado para o consumo, cheio de frases prontas, jargões, estereótipos, quer que as pessoas se distraiam para não enxergar o verdadeiro problema. É o próprio Feminismo de Mercado consumindo as pautas feministas.

## 2.2 Feminismo de Mercado: o que significa?

A popularização do feminismo, que veio acontecer com mais força na terceira onda feminista, onde englobou questões de raça, chamou a atenção de grandes empresas também. Januário (2022) aponta que foi um aproveitamento do próprio capitalismo sobre as pautas feministas, toda a questão do “falso” empoderamento<sup>21</sup>, estética, liberdade individual para empreender, são discursos favoráveis para o modo de produção:

Num viés crítico, diria que nos impele a uma realidade na qual as empresas e marcas são protagonistas desse fenômeno, em um tempo no qual o consumo é especialmente caracterizado pelas narrativas e propostas efêmeras, pela obsolescência programada de bens de consumo e pela espetacularização das relações econômicas, políticas e sociais (p.23-24).

A publicidade investe nesses discursos que se popularizaram, sabendo que chama a atenção do público, não só com discursos, mas principalmente peças publicitárias para obter lucro sobre o movimento. Como se os valores do movimento feminista tivesse se tornado objeto/mercadoria.

---

<sup>21</sup> “... O empoderamento feminino está ligado a uma consciência coletiva por parte das mulheres e é constituído de ações tomadas por mulheres que não se deixam ser inferiorizadas pelo seu gênero e tomam atitudes que vão contra o machismo imposto pela sociedade.” (Azevedo, 2019)

O feminismo de mercadoria foi abordado em um artigo de Goldman, Heath e Smith. O termo, por não ser brasileiro, foi chamado de *commodity feminism*, e Januário (2022, p.24) explica que, traduzindo literalmente, ficaria feminismo de mercadoria, porém, para se encaixar melhor na língua portuguesa, ficou feminismo de mercado. Os autores ressaltam o mesmo que Januário, o feminismo foi adotado pelo modo de produção capitalista e a indústria de publicidade. Só que, algo interessante apontado por Januário (2022) é que a publicidade, de certa forma, sempre esteve ligada ao movimento feminista.

Na primeira onda, as sufragistas precisaram desse apoio midiático para serem ouvidas, e também para se reunirem e assim conseguirem ter sucesso nas manifestações. Na segunda onda, por ter uma forte contracultura, mais críticas ao capitalismo, a afinidade com a mídia foi criticada também:

Nessa época surge a crítica ao controle ideológico de um mercado patriarcal que manipulava o corpo e o desejo das mulheres para servir aos interesses do mercado, especialmente no que diz respeito à domesticidade e à negação da esfera pública que caracterizavam a representação publicitária das mulheres, retratadas majoritariamente de maneira subserviente, como esposas e mães (Januário, 2022, p.25).

Essa situação já era esperada, pois, na segunda onda teve mais estudos e pesquisas sobre o patriarcado, discussões sobre os papéis de gênero, e por ter mais estudos, foram capazes de perceber essa influência midiática servindo como controle ideológico. Não que nos dias atuais não aconteça o mesmo e esses estereótipos das mulheres não sejam igualmente reforçados, o feminismo cresceu, porém, junto dele, a publicidade em cima de suas pautas também.

Na terceira onda, com as ideias amadurecidas em ambos os lados (feminismo e capitalismo), esse aproveitamento da mídia foi ainda mais utilizado. As mulheres conquistaram mais direitos acerca do trabalho, e isso foi celebrado, com razão, pelo capitalismo. Mais mulheres no mercado de trabalho, mais mulheres tendo sua força de trabalho explorada, então houve celebração nesse novo cenário para o feminismo, e quem celebrou não foram as feministas.

Os resultados desse *marketing* são esperados: um esvaziamento das pautas feministas. Se utilizaram das fraquezas femininas, a imagem sobre o corpo, para mostrar na mídia um ideal de mulher não só fisicamente, mas com sucesso financeiro graças ao (suposto) empoderamento. Ou seja, o feminismo passa a ser algo totalmente voltado para aparência, imagem, um ideal vazio, sem críticas sociais,

políticas e econômicas. As mulheres mais jovens são afetadas mais por esse feminismo midiático por ser um discurso fácil de comprar/acreditar, a transformação social parece algo utópico, a revolução/emancipação passam para segundo plano, a liberdade que veio de maneira ilusória com o liberalismo trouxe essa realidade, focar mais no poder de escolha é mais viável para o modo de produção, deixar que pareça que as mulheres podem decidir como viver (financeiramente), que é querer e vai conseguir, é uma ilusão.

Para explicar mais essa comoditização do feminismo e seu poder de influência, a autora Januário (2022) vai destrinchar mais o Feminismo de Mercado. Robert Goldman, Debora Heath e Sharon L. Smith foram os autores que publicaram o artigo em 1991 trazendo essa nova visão sobre a era midiática do feminismo. O termo Feminismo de Mercado faz alusão ao fetichismo de mercadoria<sup>22</sup> que Marx aborda no O Capital, originalmente escrito em 1867. Para simplificar, Januário (2022, p.30) diz que no fetichismo de mercadoria, é sobre as relações sociais que acontecem no processo de produção das mercadorias, como a exploração. E a obtenção de lucro não fica para quem produziu, e sim quem é detentor dos meios de produção, a burguesia que explora força de trabalho, que trazendo para o conceito de Feminismo de Mercado, seria as marcas que fazem publicidade. No fetichismo, há essa relação entre as coisas/objetos, e não entre as pessoas:

Atrelado a esse conceito, temos a forte crítica do movimento e teorias feministas ao capitalismo, sua lógica de produção especialmente no que diz respeito à distribuição desigual do poder de trabalho. Diversas autoras e feministas denunciaram o sistema capitalista e sua prática de exploração naturalizada, legalizada e legitimada na construção da sociedade na qual vivemos (Januário, 2022, p.31).

Algo muito forte na realidade das mulheres no capitalismo é o trabalho não pago. Com o Estado ainda não assumindo suas responsabilidades sobre as políticas

---

<sup>22</sup> Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. (Marx, 2013, p.206-207)

públicas, as mulheres são exploradas dentro de casa e no trabalho. Por conta disso, a autora (2022) reforça que é incongruente o modo de produção se utilizar dos discursos feministas quando é essa a realidade das mulheres na sociedade, porém, há discussões sobre não ser tão incongruentes assim.

Voltando para a segunda onda feminista, ela será de suma importância para a compreensão desse processo, pois, foi na década de 1960 que veio as críticas para as ideias liberais. Patriarcado, divisão sexual do trabalho, papel da mulher, tudo isso sobre a dominação masculina e relações de poder foram objetos de estudos para as feministas compreenderem a exploração das mulheres que vem através de séculos. Mas que, ao chegar na terceira onda, pelo avanço do capitalismo enquanto força ideológica, tornou o feminismo individualista, criando o que Januário (2022) pontua como pós-feminismo, deixando de lado pautas coletivas, políticas e críticas econômicas. O que, como foi dito, parece ter sido uma reação do capitalismo justamente pelo avanço feminista também na segunda onda, foi um modo de se adequar (e atacar), focar no consumismo e no meio disso, naturalizar as desigualdades.

A terceira onda feminista, na década de 1980, foi de suma importância para a pluralização do movimento, diversas experiências femininas foram levadas em consideração, e devido a isso, o pós-feminismo pode ser positivo se enxergado como um cenário para transformação, ainda é possível observar e discutir as contradições que existem na sociedade capitalista, e o poder da mídia poderia ser usado à favor da causa, isso, é claro, mostrando mulheres reais, sem serem idealizadas ou sexualizadas, os jargões tão falados ainda podem servir para atingir mulheres que não conhecem o movimento, mas isso ainda é uma maneira superficial de “globalizar” o movimento, deixando o feminismo de mercado nessa linha tênue entre positivo e negativo.

O ponto principal do Feminismo de Mercado é: os discursos agora tão espalhados pela mídia sobre empoderamento, ser e fazer o que quiser, não chega em qualquer mulher, portanto, não resolve todo o problema. Januário também vai trazer os debates acerca da quarta onda feminista:

Com efeito, os feminismos contemporâneos, cada vez mais presentes na esfera digital, tem sido, por vezes, chamado de quarta onda. Teóricas que dialogam com a quarta onda, concordam que a pluralidade constitui e demarca os interesses das demandas e expressões dos movimentos feministas atuais. Nesse contexto, a reconstrução transdisciplinar de uma nova onda do feminismo passou a ganhar força nos debates apoiados em

estratégias de ação inovadoras, e associadas com as transformações vivenciadas na atualidade (2022, p.36).

O uso das mídias, rede sociais e a própria internet movem essa quarta onda. Com a facilidade de transmitir informações, as mulheres têm utilizado desses espaços para denunciarem misoginia, abuso e violência, além de debates sobre diversas pautas serem levantados com frequência, trazendo toda uma movimentação nas redes sociais, porém, são todas as mulheres que têm acesso à essas informações? E a resposta é *não*. A internet tornou-se um lugar para pessoas com privilégios, pessoas que tem acessibilidade, que saibam usar e manusear aparelhos digitais, que saibam *se comunicar*. Porém, isso também é algo discutido na quarta onda, o ativismo ficou ainda mais forte sobre todas as pautas, tem mais alcance e consegue até mesmo alcançar essas mulheres que podem não ter acesso à informação. Porém, volta para o mesmo ponto de que, se a informação chegar, o que elas farão a respeito se não há condições para que possam se empoderar no cenário capitalista? O que nos faz pensar se há como ter um Feminismo de Mercado consciente.

Para pensar no feminismo de mercado consciente é preciso recapitular o que é o capitalismo. Em uma definição mais objetiva é um sistema econômico baseado na propriedade privada e acúmulo de capital, visando o lucro acima de tudo. Isso afeta a sociedade não só economicamente, como na política e ideologia também, gerando assim, a sociedade de classes, a desigualdade social que tanto assola o mundo, ainda reforçando a ideia da liberdade nesse cenário caótico.

Com as mudanças advindas da globalização, não afetando só a sociedade como o meio ambiente também, afetou essa cultura do consumo e a relação consumidor/empresa, como bem ressalta Januário (2022). Visto o cenário em que o mundo se encontra, as marcas procuram ser mais empáticas, mas não por que se importam de fato com a causa (como cuidar do meio ambiente), mas sim para atrair consumidores. Demonstrar que não visa somente os lucros faz com que todas as relações (tanto de consumidor, como dos funcionários) tenha um valor, buscando uma certa humanização.

Porém, é difícil seguir essa linha ideológica visto os altos índices de desemprego e o aumento do empreendedorismo, visto as faltas de oportunidades no mercado de trabalho, além da precarização do trabalho. No cenário do Feminismo de Mercado, que é alinhado ao capitalismo, Januário (2022) pontua o que poderia ser feito: primeiro, observar, de fato, a empresa. Ver seu histórico, analisar sua

publicidade, seus discursos e sua comunicação, ressaltando que deva representar positivamente a imagem da mulher, sem sexualização ou estereótipos de gênero; Segundo, a gestão empresarial alinhada com a equidade de gênero, isso exige mudanças mais estruturais, já que as mulheres foram “ensinadas” a serem domésticas, então deve estimular o trabalho com salários justos, além do respeito no ambiente de trabalho; Terceiro, o próprio empreendedorismo feminino. As mulheres empreendedoras podem transformar suas realidades, mas para isso, é preciso ter condições para tal. Januário (2022) elabora mais a questão do empreendedorismo pois há muitas camadas sobre o assunto, principalmente por ele estar alinhado com o trabalho informal, mostrando, mais uma vez, O Estado se ausentando e o discurso de livre-mercado mais forte.

Por essa ótica, o Feminismo de Mercado se assemelha ao que o Feminismo Liberal é (e se tornou). A ideia de resolver os problemas “pela metade”, sem resolver o que é o verdadeiro problema: o capitalismo. Analisando esses três pontos que Januário (2022) listou, parece um cenário utópico para a mulher. Não ter seu corpo sexualizado, ter direitos iguais no trabalho, e a ideia de que o empreendedorismo é uma saída para obter liberdade. Isso, na verdade, nada mais é que resultado da grande ofensiva neoliberal que atinge o mundo, transformando as pessoas em mercadoria.

### **2.3 O feminismo antes e depois do neoliberalismo**

O termo “neoliberalismo” já deixa exposto que é um termo ligado ao liberalismo. Seria como um liberalismo com ideias mais reforçadas, uma ideologia que surge em meio às crises do capitalismo. Para melhor contextualização, Mota detalha:

O paradigma histórico mais explicativo é a conjunção formada pela crise de 1929 com a implementação das políticas anticíclicas keynesianas, que redirecionaram a intervenção do Estado, o desenvolvimento do taylorismo e do fordismo e a formação dos grandes sindicatos de trabalhadores. Sem negar a existência de significativos contrastes entre as experiências desencadeadas a partir da crise de 1929, consolidadas no pós-guerra, e aquelas que inauguram a deflagração/enfrentamento da crise dos anos 70, permanece válida a tese de que o capital mobiliza mecanismos de contra tendência para enfrentar as crises periódicas de sua reprodução, impondo redefinições nas suas práticas e na intervenção do Estado (1995, p.121).

O capitalismo passou por várias fases, como o comercial, industrial e monopolista, e após a guerra (Segunda Guerra Mundial em 1945), todo o mundo foi

afetado pelas consequências. Para a burguesia se firmar (se garantir após os acontecimentos) houve mudanças nas dinâmicas sociais, ou seja, mais concentração e expansão do capital, conseqüentemente, mais grandes indústrias, mais separação (desigualdade) entre as classes sociais, e uma mudança sobre a intervenção do Estado na sociedade, almejando a privatização. O neoliberalismo veio para reafirmar a classe burguesa e negar os direitos da classe trabalhadora, sendo assim, é fácil conceituá-lo. De acordo com Mota, o neoliberalismo é sobre privatizar programas de previdência e saúde e ampliar programas assistenciais, ou seja, em palavras mais simples, explorar mais a classe trabalhadora, mas para evitar conflitos entre as classes, oferecer paliativos para não haver revoltas:

Revertendo a performance do liberalismo do século XIX, o Estado flexiona sua intervenção na esfera econômica e social, ao criar mecanismos de contratendência à queda da taxa de lucros e ao instituir políticas que favorecem o processo de acumulação monopolista, investindo nos setores de infra-estrutura, transferindo recursos públicos para o setor privado e implementando políticas voltadas para a reprodução ampliada da força de trabalho, nelas incluídas a proteção social pública (1995, p.125).

Nesse contexto, há desvalorização da força de trabalho, aumento de produtividade e baixo salário, competitividade, e isso conseqüentemente aumenta o desemprego e força os trabalhadores a terem somente duas opções, como bem aponta Mota (1995): ou se submeter ao Estado, estando em um emprego nessas condições nada favoráveis vendendo sua força de trabalho, ou sobrevivendo com a assistência social, fazendo trabalho independente ou doméstico na maioria das vezes para poder sobreviver. De toda forma, o neoliberalismo ganha com os dois.

Para interligar o neoliberalismo com o feminismo, Nancy Fraser é uma das maiores autoras e estudiosas acerca do tema. Fraser já escreveu livros e concedeu entrevistas à grandes veículos de informação falando dessa ligação do movimento feminista com o capitalismo e como isso tem afetado negativamente o movimento. Em um de seus ensaios intitulado “Feminismo, capitalismo e a astúcia da história”, Fraser vai fazer um resgate histórico começando na segunda onda feminista para realizar sua análise.

Primeiro, Fraser (2019) vai explicar que o contexto que o capitalismo se encontra na segunda onda feminista é chamado de “capitalismo organizado pelo Estado” pois foi o que aconteceu no pós-guerra, o Estado começou atuar ativamente na economia, e então, na década de 1970, a autora vai listar quatro características

que explicam e definem bem esse capitalismo organizado pelo Estado: economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo.

No economicismo, Fraser explana a ilusão que foi quando o Estado decidiu incluir o poder público para regular os mercados econômicos. A atitude veio para gerir a crise, dando essa falsa sensação de inclusão e igualdade social entre as classes, porém, ficou óbvio que os aspectos econômicos estavam acima de tudo, corroborando para a desigualdade entre as classes sociais, pois, aconteceu esse devaneio de igualdade sobre a distribuição de bens, renda e emprego (que nunca foi justa, mas falava-se das oportunidades para todo mundo), enquanto isso, a divisão de classes era o foco para esconder demais injustiças que aconteciam dentro desse modo de produção.

Sobre o androcentrismo, Fraser diz que havia um tipo de trabalhador ideal no contexto capitalista. E ele seria o que o próprio nome “androcentrismo” diz, um homem “de família”, ou seja, conservador, sendo chefe da casa pois suas ideias e pensamentos devem estar acima de todos, e o salário desse homem deveria ser suficiente para toda a família, deixando a mulher colaborar com alguma renda suplementar (ou nem isso). Só que, na década de 1970, e antes mesmo dela, pois o capitalismo vem acompanhado de suas crises, era praticamente impossível somente um salário ser suficiente para uma família inteira. Isso porque foi “super valorizado” esse trabalho assalariado no auge do capitalismo, e não somente ele, mas o homem com seu dinheiro e as normas de gênero impostas juntamente com o capital. O homem deveria trabalhar e a mulher ficar em casa cuidando dos filhos, apagando assim, esse trabalho não remunerado das mulheres.

O Estatismo também se explica com seu nome. O Estado sendo autoritário, intervindo fortemente na economia e tornando tudo e todos em uma burocracia, tornando o cidadão – a sociedade em si – como apenas um consumidor, contribuintes para o modo de produção continuar e funcionar. Isso também transforma o modo que resolvem os problemas dessas pessoas, que no caso seriam nem tratados como pessoas em si, deixando a justiça como mero problema técnico.

Terminando as quatro características, temos o Westfalianismo, e Fraser explica a origem do termo:

Por fim, o capitalismo organizado pelo Estado foi, por definição, uma formação nacional que pretendia mobilizar as capacidades de Estados-nações no apoio ao desenvolvimento econômico nacional em nome - e nem sempre no interesse – da cidadania nacional. Possibilitada pela estrutura regulatória de Bretton Woods, essa formação se baseava em uma divisão de

espaço político em unidades territorialmente limitadas. Como resultado, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado institucionalizou a visão “westfaliana” de que o compromisso compulsório com a justiça só se aplica entre concidadãos (2019, p.31).

Em resumo, essa cultura apoiava a justiça apenas em seu território, com pessoas do território. Esse poder, claro, só para os países mais desenvolvidos com o capitalismo avançando, contribuindo para que as injustiças nos demais países (fronteiras) fossem ofuscados. Dessa forma, o capitalismo organizado pelo Estado funcionava em 1970, mesma época da segunda onda feminista, marcada pela contracultura e posicionamentos radicais, inclusive, posicionamentos acerca dessas quatro características, que Fraser também vai mostrar em seu ensaio.

Com estudos sobre gênero e classes sociais, as feministas deixaram as ideias do liberalismo para trás e foram além do que o marxismo tratava (que era sobre a economia) e começaram a ver as injustiças em outros setores, isso fez com que o posicionamento delas sobre o economicismo fosse enxergar toda a sociedade e a desigualdade social existente. A interseccionalidade já podia ser observada desde essa época, pois as feministas conseguiram enxergar os recortes de classe, raça, sexualidade e nacionalidade, como bem aponta Fraser (2019), e buscaram justiça em todas essas áreas, não focando só na economia, mas em hierarquia também. O que elas descobriram fazendo esses estudos e abrangendo suas visões foi saber que a desigualdade de gênero é sistêmica, sendo exposto que para haver uma transformação na realidade da mulher, todo o modo de produção deveria ser superado.

O posicionamento sobre o androcentrismo foi sobre a divisão sexista do trabalho. Mesmo em uma realidade difícil para as mulheres/feministas, sofrendo opressão dentro da própria esquerda, como Fraser (2019) ressalta, elas perceberam como qualquer atividade realizada pela mulher, sendo assalariada ou não, era desvalorizada. Nisso, também observaram que se interligava com os papéis de gênero, com a dominação masculina, sendo subordinadas pelo patriarcado. O ponto principal do androcentrismo, que seria o salário, elas mostram como essa desigualdade de gênero afeta diretamente, transformando a crítica em algo a mais do que sobre a economia, é sobre cultura e política também, e que a solução com certeza não é colocar todas as mulheres como trabalhadoras assalariadas, e sim mexer nas estruturas do modo de produção, e principalmente, valorizar trabalhos que não são

assalariados, que por muitas vezes são feitos pelas mulheres, como o trabalho de cuidado.

Na crítica ao estatismo, as feministas se posicionaram contra toda essa hierarquia criada nesses ambientes de poder onde majoritariamente era composto por homens, e buscaram conscientizar a sociedade para que todos pudessem exercer sua democracia, tendo como foco o empoderamento deles para que não fossem passivos nas decisões do Estado, promovendo justiça, principalmente a de gênero, que era o que elas almejavam.

A realidade acerca do westfalianismo foi diferente, pois Fraser (2019) explica que as feministas foram contra e à favor. O Estado favorecia os seus, e na situação que as feministas se encontravam, principalmente as que estavam em países em desenvolvimento, era o que elas precisavam, mesmo criticando a teoria do westfalianismo. Ainda não havia muita tecnologia e a globalização não tinha chegado para ter conexões com outros Estados, então, elas procuraram promover mais comunicação entre o Estado e a sociedade para que suas necessidades pudessem ser atendidas, sendo um coletivo limitado devido a época.

É possível observar que dentro dessas quatro características, as feministas não queriam soluções “simples” para os problemas, pois com seus estudos, compreenderam que para haver uma mudança real, deveria ser estrutural, não só com o modo de produção capitalista, mas toda a cultura e política que cerca as mulheres. É assim que deveria ser, porém, com o neoliberalismo, esse espírito emancipatório enfraquece.

Nancy Fraser (2019) relata que essas iniciativas das feministas, infelizmente, estavam fadadas ao fracasso. Isso por conta do próprio capitalismo, que na segunda onda, coincidiu com o neoliberalismo. O mercado agora parecia superar a política, a privatização estava à todo vapor, a competitividade era promovida e exaltada, e o Estado, mais uma vez, escasso. Fraser explica que o neoliberalismo foi implementado de forma mais fácil nos países de primeiro mundo, mesmo que tenha levado um tempo e não tenha sido igualmente em cada país, e que nos países de Terceiro Mundo, precisou fazer ameaças acerca das dívidas externas para ser implementado, usando como desculpa que precisava do neoliberalismo para se desenvolver.

Nesse cenário, a segunda onda feminista prospera, mas não em um sentido positivo. De fato, torna-se um fenômeno social de massa, como explica Fraser (2019), e ao mesmo tempo, perde o caráter contracultural radical que era a intenção inicial. O

feminismo estava se espalhando, mulheres de todos os lugares podiam ouvir sobre o movimento, porém, a questão é como o movimento feminista estava chegando até elas. Todo o caráter emancipatório do movimento se torna ambíguo no neoliberalismo, pois ele interfere diretamente nas pautas, e também nas quatro características que Fraser listou sobre o economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo, que agora foram ressignificados.

Mais reivindicações por justiça foram feitas pelas feministas na segunda onda, mesmo em meio ao neoliberalismo, reivindicações essas que buscavam abarcar a identidade e diferença das mulheres, o que muda um pouco o cenário, pois, antes o foco na justiça era como um todo, e agora havia esse olhar voltado para identidade, mostrando como a crítica ficou centrada em algo cultural, deixando a economia de lado. Tanto a justiça por redistribuição (desigualdade econômica) como a justiça pelo reconhecimento e identidade no movimento, poderiam andar juntas, porém, a cultural se sobressaiu, algo totalmente favorável para o capitalismo/neoliberalismo, pois deixar a crítica à economia de lado significa não questionar essa desigualdade.

O ressignificado da crítica ao androcentrismo talvez tenha sido o que mais pesou na luta pela igualdade de gênero. Era esperado que o capitalismo se adaptasse às mudanças, pois em meio as crises, precisa encontrar meios para contornar, e não somente isso, precisa continuar lucrando. Essa segunda onda radical abalou um pouco as estruturas do modo de produção, mas foi uma questão de tempo até ocorrer a adaptação. O neoliberalismo preza por essa liberdade e criatividade individual, estimulando e incentivando a sociedade a acreditar que por meio dos seus esforços (individuais) as mudanças podem acontecer. Entretanto, essa nunca foi a realidade das mulheres, principalmente de classe baixa, mãe solo, mulheres negras. Todas essas mulheres se inseriram no mercado de trabalho, mas a que custo? Aquele ideal de que só o salário do homem deveria manter a família foi deixado para trás, visto a necessidade de ter dois (ou mais) salários para se manter, mas isso não trouxe nenhuma mudança positiva no cenário do trabalho. Baixo salário, sem segurança, sem bem-estar, duplas jornadas de trabalho, tudo isso por mulheres que precisavam sustentar sua família, e é claro, o capitalismo celebra esse falso avanço e justiça das mulheres no mercado de trabalho. Isso não afeta somente as mulheres de classe média ou baixa, todas as mulheres de todas as classes estão submetidas ao capitalismo, isso quer dizer que sua emancipação também está.

O Estatismo também se adaptou. Fraser (2019) explica que pelo Estado permanecer imóvel, muitas ONGs (Organização Não Governamental) começaram a surgir. Ou seja, o que era para ser o papel do Estado (serviços e políticas públicas) as ONGs tentavam fazer, nem sempre obtendo sucesso, pois é preciso dinheiro para investir. É nesse cenário que acontece a explosão de microcrédito (empréstimo), algo contra ao que as feministas tinham como ideal na crítica ao estatismo, pois o Estado deixou de lado o combate a pobreza e desigualdades em geral, não havendo essa conexão entre a sociedade e Estado pela justiça social, somente mais mercantilização.

O que era ambivalente na crítica ao westfalianismo (a favor e contra) permanece no neoliberalismo. A globalização aconteceu, então foi possível ver não somente um Estado se mobilizando pelas causas, e com a tecnologia, a conexão com demais ativistas e causas antes ignoradas (como as ambientais) agora podiam ser enxergadas e discutidas. Porém, como já dito, teve prós e contras, porque nas campanhas que tiveram grande mobilização de uma forma global, pautas importantes (como a pobreza) eram deixadas de lado, sendo levadas em consideração pautas mais culturais, porém, a desigualdade socioeconômica era a principal pauta, e ser inviabilizada dessa forma, é algo favorável para o neoliberalismo, além desses espaços de poder e voz ainda serem mais ocupados por mulheres da elite.

Dessa forma, podemos observar como o capitalismo se adaptou à todas as críticas sofridas graças ao neoliberalismo e sua influência global, redirecionando a atenção do que era importante, para causas mais superficiais que geram mais identificação com a massa. Fraser resume essa realidade:

De modo geral, então, o destino do feminismo na era neoliberal apresenta um paradoxo. Por um lado, o movimento contracultural relativamente pequeno do momento anterior se expandiu exponencialmente, disseminando com sucesso suas ideias pelo mundo. Por outro lado, as ideias feministas se submeteram a uma mudança sutil de validade no novo contexto econômico. Evidentemente emancipatórias no período do capitalismo organizado pelo Estado, as críticas ao economicismo, ao androcentrismo, ao estatismo e ao westfalianismo aparecem agora cheias de ambiguidades, suscetíveis a serem transformadas em legitimação de uma nova forma de capitalismo (2019, p.43).

Toda a mudança da dinâmica no mundo, como o surgimento das tecnologias avançadas, foram favoráveis para a humanidade, e no caso, para o feminismo. Ainda era um movimento pequeno buscando seu espaço, buscando mais mulheres para mais reivindicações, e quando finalmente conseguiu esse espaço, o capitalismo se

apossa de suas ideias, tornando o próprio movimento feminista favorável para o modo de produção, deixando seu lado emancipatório e revolucionário ser escondido. Essa conjuntura nos faz pensar se, mesmo com a investida neoliberal, é possível o movimento feminista se reorganizar e voltar com a força das suas pautas iniciais.

#### **2.4 A luta por um feminismo coletivo e emancipatório**

O capitalismo é rodeado por crises, conseqüentemente as crises podem chegar até o neoliberalismo, e essa é uma das esperanças que Nancy Fraser (2019) cita em seu ensaio, uma transformação é esperada e o feminismo anseia por isso. Algo interessante que Fraser fala sobre essa ligação perigosa do feminismo com o capitalismo é que, após esse avanço neoliberal, foi como se uma cópia estranha do feminismo tenha surgido e é exatamente essa cópia que tem tido espaço.

Isso não significa que a segunda onda foi negativa para todo o movimento, ou que suas ideias sejam ruins e estejam fadadas a serem destruídas pelo capitalismo, a grande questão é aprender a como lidar com a cópia estranha e prosperar nesse terreno, que ainda é uma área do capitalismo e deve se manter assim ainda por um tempo, mostrando que o movimento feminista também deve se adaptar para manter suas reivindicações pela justiça de gênero.

Um bom início é focar a crítica no que acontece dentro do neoliberalismo, que é essa subordinação das mulheres no mercado, mas que afeta todos os espaços, sendo uma subordinação hierárquica pelo homem. As mulheres ficarem em casa, cozinhando e limpando e cuidando dos filhos é algo que favorece o mercado, ela está alimentando a desigualdade neoliberal sobre a posição das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho, e ainda incentivando esse “papel” do homem de ser o provedor único da família. Para contextualizar e aprofundar sobre essa questão, falaremos da reprodução social.

Durante ambos capítulos, foi exposto que não foi no capitalismo que as mulheres começaram a ser subordinadas. Isso começou muito antes, mas no modo de produção capitalista foi mais agressivo, impondo para as mulheres o papel de reprodutoras (de pessoas), e não obtendo lucro algum com isso, sendo esse o “trabalho de cuidado”, o trabalho invisível que as mulheres fazem e que gera lucro para o capitalismo. As mulheres criam pessoas, pessoas essas que tem valores,

habilidades, e principalmente, a capacidade de trabalhar, como explanam Arruzza, Bhattcharya e Fraser (2019). As autoras, nesse manifesto, falam sobre várias questões de como o feminismo deve ser para superar o capitalismo e como as mulheres são oprimidas de várias formas por ele. Sobre essa questão das mulheres, literalmente, reproduzir a força de trabalho, seria isso nas palavras das autoras a reprodução social.

É claro que, no capitalismo o trabalho está acima de tudo, mas há algo a mais, algo além do trabalho, algo que gera tanto lucro quanto ele e é inviabilizado, justamente para continuar gerando lucro, e é feito majoritariamente pelas mulheres:

Pois, na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero. A reprodução social é, portanto, uma questão feminista. No entanto, é permeada, em todos os pontos, pelas diferenças de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade. Um feminismo voltado para a resolução da crise atual deve compreender a reprodução social através de uma lente que também engloba, e relaciona, todos esses eixos de dominação (Arruzza; Bhattcharya; Fraser, 2019, p.38).

Sobre o recorte da raça, sabemos que mulheres negras sempre fizeram esse trabalho desde a escravidão. O de nacionalidade, que pode ser atrelado à classe, também é visto de forma mais clara, mães de classe mais alta devem criar médicos, advogados, pessoas que se adequem a um alto padrão (isso inclui sua sexualidade, que deve ser heteronormativa), e de classe mais baixa, basicamente deve preparar seu filho para ser explorado, ensinar que deve abaixar a cabeça para o chefe e não questionar sua realidade.

Essa luta da reprodução social, que se liga a luta de classes, mostra como o feminismo deve englobar todas as causas e todas as pessoas. Deve lutar pela igualdade de gênero, mas também pela educação, saúde, habitação, transporte, pela dignidade humana. E voltando para o texto de Fraser (2019), todas essas lutas devem ter o cuidado necessário para não se confundirem com a tal cópia estranha criada no capitalismo, e por isso, Fraser lista de novo o economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo, e como as feministas devem atuar nessas áreas.

Se afastar, ou mesmo abandonar, como diz Fraser, o neoliberalismo, é como a crítica ao economicismo deve ser. Dessa vez, manter o equilíbrio das críticas, que antes focavam em aspectos culturais, sobre identificação, e juntar as críticas sobre redistribuição, enxergar todo o cenário como um todo (o capitalismo), e sobretudo,

reposicionar o feminismo à esquerda, como bem aponta Fraser (2019), para não se alinhar novamente com o modo de produção.

O trabalho das mulheres é essencial, e elas devem ter a liberdade que o trabalho assalariado tira delas, esse é o ponto da crítica ao androcentrismo. Valorizar o trabalho feminino, o verdadeiro trabalho, que as mulheres fazem desde sempre e não é recompensada por isso.

Acabar com o estatismo e a mercantilização também deve ser um objetivo. Apoiar essa democracia, a participação popular na questão de gerenciamento, isso pede uma nova organização política, e sobretudo, fortalecer o poder público. A política deve voltar a estar acima do mercado em sua importância e buscar a justiça social.

E, finalmente, a relação ambivalente com o Westfalianismo pode acabar. Usar desse poder, da influência global para espalhar a democracia de forma igualitária para todos os lugares, buscar a justiça em todas as áreas, e isso, de fato, é pensar grande pois é uma atitude revolucionária, uma ação de larga escala, porém, é exatamente isso que o feminismo deve ser.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) relatam que a voz desse novo (e antigo) feminismo pode ser ouvida em alguns países. As autoras chamam de feminismo grevista, e citam países onde ocorreu movimentações mais intensas como a Polônia que teve 100 mil mulheres marchando contra a proibição do aborto, em 2017. Diversos outros países são citados, de diferentes etnias, como Argentina, Itália, Espanha, Turquia, México, todos com movimentos grevistas com pautas importantes, seja a violência de gênero, seja reforçando os direitos das mulheres como no dia 8 de Março, isso mostra que estão retomando o espírito emancipatório do Movimento Feminista, lutando por justiça social, fazendo manifestações, mobilizando muitas mulheres, que graças a essa era tecnológica, muitas mulheres podem estar envolvidas nas organizações e ações, lutam contra o assédio no trabalho, baixo salário, o trabalho não pago, junta todas as pautas importantes:

Como consequência, a nova onda feminista tem potencial para superar a oposição obstinada e dissociadora entre “política identitária” e “política de classe”. Desvelando a unidade entre “local de trabalho” e “vida privada”, essa onda se recusa a limitar suas lutas a um desses espaços. E, ao redefinir o que é considerado “trabalho” e quem é considerado “trabalhador”, rejeita a subvalorização estrutural do trabalho – tanto remunerado como não remunerado – das mulheres no capitalismo. No geral, o feminismo das grevistas antecipa a possibilidade de uma fase nova e sem precedentes da luta de classes: feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.25).

A suposta quarta onda foi discutida ao longo do texto, e as autoras acreditam que essa onda esteja acontecendo e trazendo benefícios para o movimento. O foco é nessa revolta contra o modo de produção, como o neoliberalismo tem atacado todas as esferas, seja saúde, educação, e é preciso responder esse ataque, e principalmente, resistir à ele.

As autoras vão destacar como esse feminismo *deve* ser anticapitalista. É sim sobre lutar pelo direito das mulheres, porém é *mais*, é sobre defender e lutar por todos que são explorados, oprimidos e resgatar essa esperança perdida no meio do capitalismo. A luta é pelas mulheres de todas as classes, raça e sexualidade, e também por sua família, amigos, pessoas que estão sob o mesmo modo de produção e que, mesmo não sendo todos afetados da mesma forma, não muda o fato de acontecer a exploração pelo lucro, e que as medidas que esse modo de produção toma para “amenizar” a crise que causa, não são e nunca serão justas.

Mesmo com suas constantes crises, não é como se o modo de produção capitalista fosse ter seu fim rapidamente. Ele já está atuando há séculos, e no cenário atual, continuará com seu poder, com o neoliberalismo progressista. Por isso, Arruzza, Bhattcharya e Fraser (2019) reforçam que a revolução inicia com toda a sociedade em conjunto, mais uma vez deixando claro que o feminismo não é só questões de gênero, que não basta uma ou outra mulher chegar ao poder, como o Feminismo Liberal diz. Todos precisam ter esse poder, o futuro se constrói no hoje e o feminismo deve continuar almejando, se inquietando, se *rebelando*, incomodando ao máximo o modo de produção até alcançar a igualdade plena para todos.

## **Considerações finais**

Resgatar essa essência do feminismo e compará-lo ao que é visto atualmente sobre o movimento é uma forma de mostrar o quanto o capitalismo pode se apossar até mesmo de pautas que vão contra o modo de produção. Isso é um trabalho dele, pois para se manter, precisa de lucro, e assim conseguiu lucrar com o movimento feminista, mesmo essa não sendo a intenção do movimento quando ele surgiu.

O movimento feminista surgiu no meio liberal, capitalista, mas logo foi avançando e vendo outras possibilidades, mais questionamentos, mais estudos e novas visões, sendo assim, fundamental para se concretizar como movimento histórico-político, necessário para toda a sociedade, necessário para a liberdade e igualdade feminina.

Começando pela Revolução Francesa e o Sufrágio Feminino no século XVIII, a luta das mulheres é vista a partir da perspectiva das ondas feministas, que demarcam um tempo na história que houve mais movimentações, na primeira onda sendo voltada para direitos civis, a segunda com uma forte contracultura e a terceira com a interseccionalidade. É uma forma de dizer que o feminismo “surgiu” na Revolução Francesa” por ser datado e ter mais informações, mas o feminismo veio muito antes, as mulheres negras sempre estiveram lutando pela sua vida e seu espaço no mundo, e isso deve ser ressaltado. Por meio das ondas, também é exposto como o marxismo foi fundamental para as críticas ao modo de produção, mas como demais estudos como da Joan Scott sobre gênero e as relações de poder também foram imprescindíveis para entender a hierarquia que existe, e como é necessária uma educação que vá contra os papéis de gênero.

O mundo avançou em diversos aspectos, e foi visto aqui como isso influenciou positivamente e negativamente o movimento feminista. Essa era tecnológica, cheia de informações, proporcionou um alcance que o feminismo não tinha em sua gênese, possibilitando que mulheres de todo mundo tenham o conhecimento do que é o feminismo, e que tenham a oportunidade de fazer parte, de influenciar mais pessoas a fazerem parte. Esse é o lado positivo, as mulheres terem mais chances de serem enxergadas, apesar de ainda ser uma realidade difícil. O lado negativo é que, o

feminismo em seu auge, que foi na segunda onda feminista, teve oportunidade de ser ainda mais revolucionário e não foi graças ao avanço neoliberal. Para o modo de produção não sair prejudicado pelas críticas, resolveu usar as críticas ao seu favor, adaptando reivindicações em seu cenário que visa o lucro acima de tudo, investindo nas pautas feministas para vender em cima dos seus valores, esvaziando seu caráter emancipatório, transformando o cenário ao seu favor, afastando as críticas acerca da economia para focar na cultura.

Analisar criticamente o feminismo liberal e o feminismo de mercado é uma forma de lutar contra esse feminismo que ficou alinhado ao capitalismo. Mostrar que o feminismo é mais do que os estereótipos criados ao redor dele, mais do que jargões, mais do que discursos rasos e mais do que favorecer só *algumas* mulheres. Algo que merece atenção para futuros trabalhos sobre o tema é o Feminismo de Mercado, pois há muito a ser estudado, e é um tema atual, que podemos observar todos os dias, e que vem ganhando força, alterando o sentido real do feminismo e seu caráter emancipatório.

Inclusive, não é só um tema que deve ser estudado por causa do futuro do movimento, é de extrema necessidade ter mais dessas discussões dentro do Serviço Social. A profissão que é diretamente ligada aos direitos de toda a sociedade deve discutir gênero, deve pesquisar mais e produzir mais material que possibilite que o conhecimento seja perpetuado dentro e fora do Serviço Social. Preconceitos e pensamentos/atitudes conservadoras rondam os profissionais, o conhecimento é a libertação para esse problema. Já houve a intenção de ruptura dentro do Serviço Social, é uma tarefa difícil se desprender do conservadorismo, mas é necessária. Se o feminismo é tão plural, engloba questões de gênero, raça, classe, o Serviço Social deve ser da mesma forma. Uma profissão que visa a emancipação humana deve se preparar para lidar com a pluralidade.

Os papéis de gênero devem ser postos de lado e devemos lembrar o que nós, enquanto sociedade, enquanto feministas, devemos fazer. O feminismo *deve* questionar as estruturas sociais e econômicas, pois se não fizer, nunca resolverá o problema. Deve continuar sendo espalhado ao redor do mundo, deve ganhar mais espaço e se preparar para as futuras investidas do modo de produção. O feminismo *deve* ser revolucionário, e deve lutar para isso não ser esquecido.

## Referências

ALVES, Branca; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1991.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo. 2019.

AZEVEDO, Augusto. **Empoderamento: o que o termo significa.** Politize, 2019. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/empoderamento-o-que-significa-esse-termo/> >. Acesso em: 11 de Março de 2024.

BOTELHO, Julia. **Vertentes do feminismo: conheça as principais ondas e correntes.** Politize. 2022. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/feminismo/>>. Acesso em: 2 de setembro de 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Ana; SARDENBERG, Cecília. **O Feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva.** O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas; organização Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg. Salvador: UFBA, p. 51-84. 2008.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: < <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a> >. Acesso em: 8 de Janeiro de 2024.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história.** Pensamento feminista: conceitos fundamentais; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. p.24-49. 2019.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista.** 2ª Edição. 2018.

GERVASONI, Tássia; SILVA, Laura. **Feminismo de mercado: os reflexos do neoliberalismo nas pautas feministas.** Direitos humanos, democracia e políticas públicas no contexto da COVID-19. Set, 2021.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 1 ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

JANUÁRIO, Soraya. **Feminismo de mercado: quando a publicidade e o mercado “compram” as pautas feministas**. Recife: Ed. UFPE, 2022.

LARKIN, Claire. **O que significa “feminismo?”** in: Revista da Babel. 2022. Disponível em: <  
<https://pt.babel.com/pt/magazine/feminismo#:~:text=O%20feminismo%20%C3%A9%20um%20movimento,preconceito%20arraigado%20contra%20as%20mulheres%E2%80%9D>>. Acesso em: 5 de Janeiro de 2024.

MARX, K. **O Capital** – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

PARA CONHECER O PCB. Partido Comunista Brasileiro (PCB). 2010. Disponível em:< <https://pcb.org.br/porta12/658>>. Acesso em: 6 de outubro de 2023.

PEREIRA, Carlos. **O que é contracultura**. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Daniel Neves. **Dandara dos Palmares**. Brasil Escola. Disponível em:< <https://brasilecola.uol.com.br/historia/dandara-dos-palmares.htm>>. Acesso em 11 de março de 2024.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, UFRGS, v.20, n. 2, jul./dez. 1995.